



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- CONSEA -

- ATA -
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL – CONSEA – Gestão 2017-2019

Dia: 21 de junho de 2017

Brasília/DF

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- CONSEA -

**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA**

Dia: 21/06/2017, de 9h às 17h30

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

1 **Abertura:** A reunião foi iniciada às 09h29 pelo secretário nacional de segurança alimentar e
2 nutricional, Caio Rocha, que deu as boas-vindas e agradeceu a presença dos conselheiros e
3 das conselheiras da sociedade civil e do governo presentes em nome do Ministro de Estado do
4 Desenvolvimento Social Osmar Terra. Convidou, em seguida, a conselheira Elisabetta
5 Recine, indicada para a Presidência do Consea na plenária de 18 de maio de 2017, a
6 secretária-executiva do Consea Marília Leão, a diretora da secretaria-executiva da Câmara
7 Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) Patricia Gentil para compor a
8 mesa. Informou que o processo para a nomeação da conselheira Elisabetta Recine como
9 presidenta do Consea ainda não chegou ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS),
10 mas, assim que chegar, o Ministro prontamente encaminhará para a Presidência da República.
11 Caio Rocha informou ainda que esteve no município de São Paulo para participar de uma
12 reunião com o Consea, onde foi definido um grupo de trabalho para organizar um encontro
13 das capitais brasileiras a fim de construir um plano para as grandes cidades no mês de outubro
14 de 2017. Há a previsão de escolher juntamente com o Consea no mês de julho a região mais
15 vulnerável do estado de São Paulo e que tenha também a questão da agricultura familiar
16 fortalecida, para que se possa fazer essa interligação. Com essas características, a região de
17 Sorocaba parece ser a mais provável. Também mencionou a visita ao Consea de Maringá e
18 convidou Elisabetta Recine para participar dessas visitas. Caio Rocha também mencionou a
19 previsão de realização de reuniões da Organização das Nações Unidas para Alimentação e
20 Agricultura (FAO) em Roma nos meses de julho e outubro. Agradeceu o apoio do
21 representante da FAO no Brasil. Após os informes iniciais, passou a coordenação dos
22 trabalhos para a conselheira Elisabetta Recine, que foi indicada como presidenta do Consea na
23 1ª reunião plenária ordinária do Consea.

24 **Aprovação da ata e informes:** Elisabetta Recine, presidenta do Consea, deu as boas-vindas a
25 todas e todos. Aceitou o convite do secretário Caio Rocha e sugeriu que outros conselheiros
26 também possam participar desses encontros, preferencialmente os que estejam mais próximos
27 daquela região ou do tema. Em seguida, consultou a plenária sobre a aprovação da ata da
28 reunião passada. Como não houve nenhum pedido de correção, a ata foi aprovada. Elisabetta
29 Recine passou então para os informes iniciais. 1) No dia trinta de abril, ocorreu um ato de
30 violência contra o povo indígena Gamela em Viana, no Maranhão. O Consea se dirigiu
31 formalmente à Fundação Nacional do Índio (Funai), pedindo explicações e providências. O

32 Consea recebeu uma resposta da Funai, que apresentava as medidas que estavam sendo
33 tomadas para a apuração do conflito e para punir os responsáveis. A Funai entrou em contato
34 com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, com o Departamento da Polícia Federal
35 e deslocou uma equipe até lá para conversar com as pessoas que estavam envolvidas. Além
36 disso, estava estabelecendo uma minuta de termo de compromisso com a Secretaria de
37 Direitos Humanos do Maranhão para fazer os estudos iniciais e os procedimentos para
38 regularização fundiária daquela região onde estava essa comunidade. No dia treze, a Funai
39 relatou ter ocorrido uma audiência de conciliação sobre a qual o Consea deverá apurar se
40 realmente ocorreu e que tipo de consequência houve. 2) Na sequência, informou que o Brasil
41 assumiu a coordenação “pro tempore” da comunidade de países de língua portuguesa (CPLP)
42 e que ocorreu a reunião do Conselho de Segurança Alimentar da comunidade na semana do
43 dia seis de junho. Esse Conselho tem mecanismos de sociedade civil, de acadêmicos, de setor
44 privado, entre outros. O Consea participou tanto do mecanismo da sociedade civil, quanto de
45 dois grupos de trabalho que organizam a discussão da comunidade no âmbito da segurança
46 alimentar e nutricional. O grupo de trabalho de agricultura familiar aprovou finalmente um
47 documento sobre a agricultura familiar nos países da comunidade de língua portuguesa.
48 Também foi estabelecido um outro grupo de trabalho sobre sistemas alimentares e nutrição. A
49 comunidade se reúne periodicamente, mas ainda estaria nos passos iniciais. Apesar disso, é
50 um espaço estratégico, no sentido de troca de experiências e de cooperação, principalmente
51 em relação à questão da governança. No mecanismo da sociedade civil, a sociedade civil
52 brasileira tem participado formalmente representada pela Contag e pelo Fórum Brasileiro de
53 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). O documento da agricultura
54 familiar que foi aprovado será recuperado e distribuído para todos. 3) O governo federal
55 fechou o processo de definição da Lei Orçamentária Anual para 2018. A secretaria do Consea
56 fez uma proposta orçamentária para o funcionamento básico de plenárias, algumas viagens,
57 participações etc. A proposta foi aprovada em torno de um milhão e quinhentos mil reais. Foi
58 um orçamento modesto, pois precisaria cobrir as plenárias ordinárias do próximo ano e a 5ª
59 conferencia+2. Com esse orçamento, não seria possível cobrir os custos da 5ª conferencia+2.
60 Então, informou que o Consea estaria em negociação com a Caisan, no sentido de ver como
61 fazer um processo de cooperação orçamentária para viabilizar a realização do encontro.
62 Apesar de não ser um encontro formal de deliberação, dentro da dinâmica de monitoramento e
63 atualização de prioridades e conjuntura, a 5ª conferencia+2 é um encontro prioritário e
64 importante. 4) A Caisan Nacional organizou uma reunião no Mato Grosso do Sul, dando
65 prosseguimento àquela outra missão que o Consea também realizou no mesmo estado.
66 Participaram dessa reunião da Caisan a assessora técnica Mirlane Klimach e o conselheiro
67 Dourado Tapeba. O objetivo dessa reunião foi constituir um comitê técnico no âmbito do
68 governo estadual para tratar dos povos indígenas da região. Não houve ainda um avanço
69 concreto, mas foi um desdobramento importante do que foi iniciado. 5) Desde novembro de
70 2016, o Consea recebeu demandas por indicação de representações em grupos de trabalho, em
71 comissões, etc., que acontecem no âmbito dos diferentes Ministérios. A Caisan criou um
72 comitê técnico de perdas e desperdícios de alimentos. Para esse comitê, o Consea sugeriu o
73 nome do conselheiro Sérgio Luiz, que é o representante da Associação Brasileira de Saúde
74 Coletiva (Abrasco). Para o comitê que fazia o acompanhamento das parcerias da Articulação

75 do Semiárido (ASA) com o Ministério do Desenvolvimento do Social, o Consea indicou a
76 participação do conselheiro Irio Conti. Para a comissão especial de monitoramento de
77 violações do direito humano do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Consea
78 indicou o nome da conselheira Maria Verônica. Para facilitar o acompanhamento dos
79 conselheiros, informou que seria criado um sistema em que essas representações
80 compartilhariam o que estaria acontecendo nas respectivas instâncias, as posições que
81 estariam sendo tomadas, as decisões, os passos, etc. 6) Foi aprovado na última plenária do
82 Consea um grupo de trabalho (GT) que estava organizando a plenária de agosto sobre água.
83 Esse GT reuniu-se pela primeira vez em 20 de junho para fazer o mapeamento dos
84 documentos que já existem, discutir qual é o cenário em relação à água, no que essa plenária
85 poderia ajudar a avançar nessa agenda e criar interlocuções estratégicas em relação à água. A
86 secretaria do Consea reunirá os documentos já produzidos sobre água e distribuirá para todos.
87 Eventualmente, o GT produzirá um documento específico para o encontro de agosto, que vai
88 ser distribuído também. Um dos integrantes do GT, o Sr. Arimatéia, não estava mais na
89 presidência do Consea estadual e precisaria ser substituído. Como só havia representantes do
90 gênero masculino neste GT, Elisabetta Recine sugeriu que fosse indicada uma conselheira
91 para ocupar a vaga. Além disso, afirmou também ser necessário que o governo indicasse seus
92 representantes para o GT. Como não houve a indicação de conselheira com disponibilidade,
93 ficou encaminhado que o governo indicaria seus representantes e que, na próxima reunião, o
94 GT avaliasse a necessidade de recompor a vaga em aberto. O secretário Caio Rocha pediu
95 licença para sair da mesa e convidou Lilian Rahal para substituí-lo na mesa da plenária. 7)
96 Elisabetta Recine retomou os informes e ressaltou que a Lei Orgânica de Segurança Alimentar
97 e Nutricional (Losan) completaria onze anos de existência em 2017. Por isso, a Frente
98 Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional (FPSAN) estava organizando uma
99 cerimônia de comemoração com a participação do Consea. A proposta foi que esse evento
100 aconteceria durante a plenária de agosto para que todos e todas pudessem participar. Já foram
101 enviados convites informais aos três presidentes anteriores do Consea: Maria Emília, Renato
102 Maluf e Chico Menezes. Seria não somente um momento de confraternização e
103 comemoração, mas também um momento de reflexão sobre os desafios e o futuro do Sistema
104 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). 8) A coordenação-geral de
105 alimentação e nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde (MS), numa parceria com o instituto
106 de nutrição da universidade estadual do Rio de Janeiro, preparou um conjunto de materiais
107 para fazer a discussão sobre vários aspectos da alimentação adequada e saudável com os
108 jovens. Foi apresentado na plenária do Consea um vídeo produzido pelo projeto. 9) Patrícia
109 Gentil informou a realização de uma série de oficinas regionais do Sisan. Informou que
110 estavam previstas cinco oficinas: São Paulo, 29 e 30 de junho; Porto Alegre, 3 e 4 de agosto;
111 Recife, 31 e 1 de setembro; Manaus, 14 e 15 de setembro; Campo Grande, 28 e 29 de
112 setembro. O objetivo desses encontros seria de discutir a gestão do Sisan, os principais
113 programas e a relação entre o Sisan e o Sistema Único de Assistência Social (Suas). A
114 secretaria nacional de assistência social (Snas) tem participado das oficinas com o objetivo de
115 estreitar o laço com a assistência social, do ponto de vista da gestão e de alguns programas.
116 10) A Caisan abriu um edital para os estados que estão sem convênio com o Sisan e um novo

117 edital de modernização dos bancos de alimentos para municípios acima de cento e cinquenta
118 mil habitantes. Solicitou apoio para a divulgação dos editais.

119 **Resultados dos trabalhos de grupo para definição da agenda temática prioritária e**
120 **formação das comissões permanentes:** Elisabetta Recine convidou os integrantes do grupo
121 de trabalho responsável pela preparação da 2ª plenária para compor a mesa: Gil Marcos, Irio
122 Conti e Inês Rugani. Em seguida, convidou a conselheira Mariana Santarelli do grupo de
123 trabalho 1 para apresentar os resultados das discussões de seu grupo.

124 **Grupo de trabalho 1 – Sisan e macrodesafios nacionais e internacionais:** A conselheira
125 Mariana Santarelli, indicada pelo grupo 1 para fazer o relato, citou os nomes dos participantes
126 de seu grupo. O primeiro ponto debatido foi a junção dos temas do Sisan com a agenda
127 internacional em uma única comissão permanente (CP). O grupo concluiu pela proposta de
128 dividir a CP em duas instâncias. A CP1 estaria dedicada aos macrodesafios nacionais e
129 internacionais e a agenda internacional. Para discutir o Sisan, foi proposta a criação de um GT
130 ao invés de uma CP, que ocorreria de forma paralela às reuniões da mesa diretiva e estaria
131 diretamente ligada à mesa diretiva. Funcionaria a partir de demandas provenientes da
132 comissão de presidentes de conseas estaduais (CPCE) e as demandas que surgiriam nas
133 reuniões plenárias do Consea. A criação do GT Sisan teria como objetivo tentar torná-lo um
134 pouco mais transversal, estratégico e mais presente na mesa diretiva e entre as CPs. Ele teria
135 um caráter permanente. A composição desse GT poderia variar em função do conhecimento
136 dos conselheiros em relação a essas temáticas. A ideia seria de que o coordenador desse GT
137 participasse da mesa diretiva também, assim como participam os coordenadores das demais
138 CPs e que o vice-coordenador fosse indicado pela CPCE. Para a ementa da CP 1, o grupo
139 propôs manter o texto original: pobreza, grandes reformas, mudanças climáticas, volatilidade
140 dos preços dos alimentos e outras questões relacionadas ao sistema alimentar, crises
141 humanitárias, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), cooperação internacional e
142 governança global de SAN. A ementa do GT Sisan também manteria o texto original:
143 financiamento, relação federativa, critérios de adesão, conflitos de interesses, entre outros. E
144 trabalharia de forma coordenada com a CPCE. Quanto aos temas prioritários, o grupo separou
145 as prioridades da CP1 do GT Sisan. Para a CP1, o grupo escolheu cinco linhas prioritárias de
146 trabalho. Uma primeira, relacionada com a análise de conjuntura da cooperação internacional,
147 porque, a partir de 2012, muitos atores de cooperação se consolidaram nesse período: FNDE,
148 Centro de Excelência, Embrapa, FAO, ABC, a CGFome. Destacou a extinção da CGFome,
149 que era um ator muito importante. Por isso, o grupo considerou importante compreender os
150 rearranjos que estariam se formando em relação à cooperação e afirmar que a cooperação
151 deveria ser baseada nos princípios e diretrizes da política nacional de segurança alimentar e
152 nutricional (PNSAN). A atuação externa brasileira estaria muito fragmentada e, às vezes,
153 muito contraditória. Outro tema prioritário seriam os espaços de governança. O Consea está
154 envolvido com uma série de espaços, como o comitê de segurança alimentar global (CSA) da
155 FAO, especialmente, nos mecanismos de participação da sociedade civil, a CPLP, a Selac, o
156 Mercosul, através da Reaf. Dentro desses espaços de governança global, existem dois temas
157 proeminentes para o Consea acompanhar, que é a década da nutrição, que traria consigo o
158 campo de conflitos de interesses de sistemas alimentares e nutrição e a outra linha é a

intercessão entre direito humano a alimentação e cidades que tem sido debatido no CSA. Outro tema prioritário apontado foram os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O último foi um tema prioritário que o Consea ainda não tem uma atuação forte que é entender e fazer o monitoramento de, em que medida, os acordos e tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, incidiriam no desmonte dos marcos legais nacionais. E mudanças legais internas que são contrárias a compromissos que o Brasil fez em âmbito internacional. Este último ponto seria uma agenda em dialogo forte com a CP4, que estaria trabalhando a temática da exigibilidade de direitos. Os temas prioritários do GT Sisan são: a conferencia+2, o tema do financiamento, o tema da participação do setor privado no Sisan e os desafios para a implementação e o monitoramento do Sisan no âmbito dos estados e municípios. Os temas sugeridos para as plenárias de 2017 foram: 1) compras públicas em função do desmonte do programa de aquisição de alimentos (PAA) e a compra direta da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar (Pnae), trazendo outros atores, como os órgãos de controle de União. 2) Sisan, para a formação e a capacitação dos conselheiros. Como sugestões ao processo de trabalho das comissões permanentes, o grupo sugeriu para a articulação entre as comissões permanentes a possibilidade de utilizar o período da tarde das reuniões para temas de convergência a fim de articular agendas que seriam de interface entre as várias CPs e para estimular a colaboração entre elas. Para isso, vários conselheiros de diferentes CPs se reuniram para discutir um tema em comum. As demais sugestões foram descritas no relato escrito do grupo. O nome sugerido para a coordenação da CP1 é de Cristiane Costa, do Instituto Pólis. Como vice coordenadora, foi sugerido o nome de Bianca Suyama, da Articulação do Sul. O grupo não definiu um relator. Em relação ao GT Sisan, o grupo indicou o nome do Irio Conti para a coordenação e sugeriu que a vice-coordenação fosse feita por uma indicação da CPCE. Em seguida, Priscila Bocchi acrescentou que a ideia de criar um GT para tratar o Sisan justificava-se porque a antiga CP que cuidava desse tema teve muita dificuldade de funcionar, pois havia poucas pessoas interessadas e dificuldades de avançar com os temas. Destacou a necessidade de avançar na regulamentação e no financiamento. Não seria um grupo de trabalho fixo, pois, a cada tema definido, seria formada uma nova composição de conselheiros interessados. Além disso, Priscila Bocchi sugeriu que a plenária de setembro tratasse do tema do Sisan. Elisabetta Recine solicitou que todos os comentários fossem feitos após o término de todas as apresentações dos grupos. O conselheiro Kleber Gomes pediu para complementar a apresentação do grupo 1. Ressaltou que não houve consenso quanto à criação do GT Sisan e defendeu a existência de sete comissões no formato da gestão anterior, tendo uma comissão responsável pelo Sisan. Elisabetta Recine reiterou que as defesas deveriam ser feitas após a conclusão das apresentações. O conselheiro Kleber retomou a palavra para solicitar que fosse definido o tempo de fala para apresentações de grupo e para intervenções da plenária.

Grupo de trabalho 2 – Sistemas alimentares e nutrição: A conselheira Ana Paula Bortoletto, indicada pelo grupo 2 para fazer o relato, citou os nomes das participantes da reunião e destacou que todas eram mulheres. O grupo concordou com o nome sugerido para a CP2: sistemas alimentares e nutrição. A conselheira Ana Paula Bortoletto informou ter sido indicada como coordenadora e que Ekaterine Karageorgiadis foi indicada como vice-coordenadora. Como relatora, foi indicada a conselheira Rosane Nascimento. Ana Paula

202 procedeu a leitura da ementa com as modificações feitas pelo grupo: “Esta CP abordará os
203 seguintes temas: promoção da alimentação saudável e educação alimentar e nutricional (EAN)
204 em diferentes oportunidades e para diferentes públicos, medidas regulatórias, políticas
205 públicas voltadas para a melhoria do estado nutricional da população brasileira e organização
206 da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS). Para nortear suas ações, a CP
207 incorporará o conceito de “ambiente alimentar”, entendendo-o como mediador entre o sistema
208 alimentar e as práticas alimentares cotidianas. Entende-se como ambiente alimentar o
209 conjunto dos meios físico, econômico, político e sociocultural, oportunidades e condições que
210 influenciam as escolhas alimentares e o estado nutricional das pessoas. Ele abarca, por
211 exemplo, ambientes alimentares organizacionais (exemplo: instituições de ensino, locais de
212 trabalho, hospitais, prédios públicos, domicílios), comunitários (exemplo: estabelecimentos
213 que comercializam alimentos e refeições em bairros) e de informação (exemplo: publicidade,
214 rótulos etc.). Em relação às medidas regulatórias, a CP enfocará prioritariamente aquelas que:
215 (a) coíbam a publicidade de alimentos ultraprocessados e aquela dirigida ao público infantil;
216 (b) desencorajem a aquisição e consumo de alimentos ultraprocessados (ex: taxaço de
217 bebidas açucaradas, rotulagem nutricional frontal); (c) favoreçam a oferta e a aquisição de
218 alimentos *in natura* e minimamente processados em diferentes ambientes organizacionais e
219 comunitários, tendo, portanto, interface direta com a CP3; (d) favoreçam a comercialização de
220 produtos oriundos da agricultura familiar, camponesa e/ou de pequena escala na perspectiva
221 da preservação da cultura alimentar e da promoção da alimentação adequada saudável; (e)
222 protejam a amamentação e (f) reduzam os riscos referentes ao consumo e à exposição ao uso
223 de agrotóxicos.” Em relação aos temas prioritários, o grupo 2 fez o exercício de, ao identificar
224 os temas, fazer a relação deles com os temas transversais e, também, avaliando quais eram as
225 interfaces entre outras CPs. Houve concordância com o que foi falado pela CP1 em relação à
226 necessidade de construção de processos de trabalho conjuntos entre CPs. Então, os temas
227 prioritários foram: monitorar e incidir politicamente na implementação da estratégia
228 intersetorial para prevenção e combate à obesidade; monitorar e incidir politicamente sobre
229 medidas regulatórias, referentes à publicidade infantil e de alimentos ultraprocessados,
230 rotulagem nutricional frontal, taxaço de alimentos ultraprocessados, rotulagem de produtos
231 transgênicos. A publicidade infantil tem uma interface, no caso, com o tema transversal de
232 proteção à infância; incidir politicamente para melhoria do ambiente alimentar escolar, dando
233 um foco mais específico na escola, que tem que ser protegido como ambiente de promoção da
234 alimentação saudável; incidir politicamente junto com a CP3 para implementação de
235 iniciativas voltadas para a redução do uso de agrotóxicos, o Pronara, a Anvisa; incidir
236 politicamente sobre os acordos de sódio e açúcar, principalmente, cobrando a participação da
237 sociedade civil por mais informações sobre o impacto dessa medida na saúde; discutir a
238 questão do conflito de interesse do setor privado em relação ao trabalho de educação
239 nutricional nas escolas, principalmente; incidir politicamente sobre a iniciativa de produção
240 da amamentação, monitorar a NBCAL, que é a legislação já existente, que protege a
241 amamentação, e trabalhar em outras medidas como, por exemplo, ampliar a licença
242 maternidade e, implementar a licença paternidade com interface, também, com o tema do
243 gênero; monitorar e cobrar ações efetivas para controle de carências nutricionais, como o
244 Beribéri; construir uma agenda conjunta com a comissão intersetorial de alimentação e
245 nutrição (Cian) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) com foco na interface entre SAN e
246 saúde; monitorar e incidir politicamente sobre a Anvisa e em relação a contaminações de
247 embalagens, e outros tipos de riscos de contaminantes em alimentos. Como agenda
248 internacional, destacou a nutrição em interface direta com a CP1. O tema do Sisan é um tema
249 que precisa de um grupo de trabalho específico, para trazer mais dinamismo e reforçar a
250 necessidade da intersetorialidade entre todas as CPs. Sobre processos de trabalho, o grupo

251 reforçou o monitoramento do legislativo, a necessidade de articulação com outros conselhos e
252 parceiros. Para a plenária, foi sugerido o tema que se refere à interface entre sistemas
253 alimentares e ambiente alimentar, trazendo a discussão sobre medidas regulatórias, cantinas,
254 hortas, comercialização, abastecimento. Em seguida, a conselheira Inês Rugani acrescentou
255 que o grupo também propôs a destinação de uma parte do tempo das reuniões para a
256 integração das comissões permanentes.

257 **Grupo de trabalho 3 – Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável:** O
258 conselheiro Eduardo Amaral Borges (Cazuza), indicado pelo grupo 3 para fazer o relato, citou
259 que a reunião contou com dezesseis participantes, sendo nove mulheres e sete homens. Nove
260 do governo e sete da sociedade civil. Em relação ao nome da comissão permanente, o grupo
261 propôs o retorno ao nome usado na gestão anterior - produção, abastecimento e alimentação
262 adequada e saudável - para deixar muito claro que tipo de abastecimento e de produção que
263 essa futura comissão abordaria. O segundo aspecto tratado pelo grupo foi em relação ao
264 incremento na transversalidade. O grupo reforçou a questão do gênero, a cultura e o
265 patrimônio alimentar, a economia solidária e acrescentou a questão da temática do meio
266 ambiente, porque a diversidade de sistemas produtivos estaria associada à discussão sobre os
267 biomas. Acrescentou, também, a necessidade da aproximação com redes de outros conselhos,
268 sendo necessário estar sempre atentos a isso nas discussões da comissão. O grupo considerou
269 importante a qualificação da discussão sobre orçamento, não só sobre o monitoramento, mas
270 também as condições de disputa de orçamento. Nesse sentido, a proposição foi o
271 acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual
272 (LOA). Em relação às prioridades para a comissão, o grupo avaliou que não teria como tratar
273 produção sem abordar a política nacional de assistência técnica e extensão rural (Pnater). A
274 outra prioridade indicada foi a política ambiental, a questão da diversidade, do bioma, das
275 unidades de conservação, das terras indígenas. Tudo isso implicaria em vários aspectos, por
276 exemplo, da própria água. Destacou a importância da floresta amazônica para o regime das
277 chuvas no nordeste e no sul do país e do cerrado como fonte de água da própria Amazônia.
278 Outra prioridade foi a política de abastecimento, incluindo a questão dos desertos alimentares,
279 das compras institucionais, dos equipamentos públicos. O grupo também priorizou a
280 discussão sobre a legislação sanitária juntamente com a política sanitária, a questão fundiária,
281 educação e consciência para consumo, os sistemas de produção saudável, a isenção de
282 tributações para a produção de agrotóxicos, o Pronara, a questão das sementes nativas,
283 crioulas, a questão dos transgênicos, os circuitos curtos de comercialização, as feiras
284 agroecológicas, os sistemas de consumo solidário, o monitoramento do Planapo. Em relação
285 às propostas de temas para a plenária, o grupo indicou para 2017 a discussão sobre a política
286 nacional de abastecimento com o foco de sistemas alimentares saudáveis e, para 2018, sugeriu
287 discutir a terra e a agricultura urbana e periurbana. Do ponto de vista de funcionamento do
288 Consea, propôs a integração com a CP2, a CP5 e a CP6, justamente pela diversidade de
289 sistemas produtivos. Como dinâmica do dia anterior à plenária, o grupo sugeriu seminários
290 temáticos e mini mesas de controvérsias na própria CP. Reforçou também manter a prática de
291 relatos de experiência local. Sobre a coordenação da CP3, como não havia mulheres titulares
292 da sociedade civil presentes no grupo, foram indicados três homens provisoriamente. A vice-
293 coordenação ficou com o Naidison Baptista e a relatoria com o Anderson Amaro.

Grupo de trabalho 4 – Direito Humano à Alimentação Adequada: O conselheiro Anderson Miranda, indicado pelo grupo 4 para fazer o relato, informou os nomes das pessoas que participaram da reunião. Informou que houve uma avaliação inicial sobre a existência da comissão permanente quatro. Em seguida, ressaltou a proposta do grupo de focar nas incidências no legislativo e no judiciário. Destacou a importância dos refugiados, que teriam dificuldades com a segurança alimentar e nutricional, porque o Congresso estaria criando CPIs da imigração. O grupo também incluiu a questão do sistema prisional, principalmente para as mulheres que amamentam. O grupo propôs também que a CP4 tivesse interface com todas as CPs. Ressaltou que a CP4 teria papel fundamental porque os direitos humanos tem interface com toda a política: assistência, saúde, trabalho, educação, esporte e cultura. Como eixo emergencial, sugeriu a fome, as violações, as violências, os desastres. Como eixos estratégicos, citou a alimentação, a nutrição, a agroecologia, a agricultura familiar, os sistemas alimentares que promovem a soberania alimentar nos diversos povos. O grupo discutiu que se a terra não é saudável, a comida não é saudável. O grupo considerou importante agir junto com o congresso nacional na questão do PL 3.200, de 2015. Relatou também que o grupo irá discutir alimentação para quem tem necessidades especiais nas escolas. A respeito do nome da CP, o grupo propôs a mudança do nome para Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (Dhana). Informou que a ementa também foi alterada. Os temas prioritários da comissão permanente para a gestão 2017-2019 foram: a) compreensão e apropriação do conceito de direitos humanos, alimentação e nutrição adequada no Brasil para identificação e atuação sobre as diferentes formas de violações; b) monitoramento de denúncias e medidas regulatórias, Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), Projetos de Lei (PLs), leis, decisões judiciais etc., que violam o direito humano à alimentação e à nutrição adequada. c) monitoramento do orçamento (LDO, PPA); d) Articulações federativas de governo para fortalecimento de cooperações que visam garantir a exigibilidade dos direitos humanos do Dhana. e) Dar visibilidade ao direito e à promoção do Dhana para implementar e regulamentar leis existentes. O tema sugerido para as plenárias do Consea foi a apropriação do conselho sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequada (Dhana) no Brasil. Sobre a coordenação da CP4, Daniela Frozi foi indicada como coordenadora, Anderson Miranda como vice-coordenador e Marcelo Brito dos Santos como relator em regime de revezamento. Elisabetta Recine, presidenta do Consea, solicitou maiores esclarecimentos ao conselheiro Marcelo Brito sobre a inclusão de nutrição ao nome da comissão, uma vez que a Fian é uma das organizações que estaria à frente da mudança dessa terminologia.

Grupo de trabalho 5 – Segurança alimentar e nutricional da população negra e de povos e comunidades tradicionais (PCTs): a conselheira Ana Lúcia Pereira, indicada pelo grupo 5 para fazer o relato, informou que o grupo foi composto por oito pessoas, sendo quatro da sociedade civil, quatro do governo, três homens e cinco mulheres. Porém, participou somente um titular da sociedade civil, sendo os demais suplentes. Reiterou o consenso do Consea de que fossem convidados titulares e suplentes para a CP5, por conta da dificuldade de participação dos representantes dos grupos populacionais específicos. Informou que o facilitador do grupo foi o Edgar Aparecido Moura. Sobre a ementa, o grupo considerou que o desafio 2 do plano nacional de segurança alimentar e nutricional (Plansan) deixava invisível a

336 população negra no meio urbano. Ressaltou que a população negra brasileira comporia
337 cinquenta ponto oito por cento da população. Nesse sentido, o grupo discutiu também a
338 segurança pública e as cotas. Informou existirem quilombos urbanos e a grande parte dos
339 terreiros estaria em grandes cidades ou áreas metropolitanas. Então, o grupo incluiu na ementa
340 o seguinte: “...nas questões que são afetas às populações específicas, e à população negra, no
341 meio rural e urbano”. Também foram incluídos na ementa os seguintes planos e as seguintes
342 políticas: o plano nacional de fortalecimento das comunidades extrativistas e ribeirinhas, o
343 plano nacional de agroecologia e produção orgânica e o plano nacional de desenvolvimento
344 rural sustentável e solidário. Relatou a inclusão do desafio 1 de promover o acesso universal à
345 alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de
346 insegura alimentar e nutricional. Sobre os temas prioritários, o grupo definiu a) terra e
347 território: insegurança jurídica, sem a terra não há alimentos, não há segurança alimentar
348 nutricional; os processos de reintegração de posse, despejo de terreiros; territórios
349 quilombolas; a população negra nas cidades, sem acesso à habitação. A CP5 terá articulação
350 com o CP6 e CP3. b) racismo institucional e o acesso às políticas de SAN para os PCTs e
351 população negra: falta de acesso à água, fomento, PAA, Pnae, priorização para indígenas e
352 quilombolas para acesso e para comercialização; articulação de metas para garantir o acesso a
353 populações negras e povos e comunidades tradicionais, considerando a inexistência de
354 recortes específicos no monitoramento e nas chamadas dos editais específicos para a
355 população negra; garantia de licença maternidade para as mulheres quilombolas, pois o INSS
356 não reconhece os documentos do Incra de que a mulher é trabalhadora rural. c) violência nas
357 cidades, principalmente, a que afetava a juventude negra; d) lei da biodiversidade, acesso aos
358 recursos genéticos, conhecimento tradicional, repartição de benefícios; e) práticas tradicionais
359 de alimentação, abate religioso, cultura alimentar, sacralização dos alimentos; f) projeto
360 Matopiba e o impacto nas populações negras e povos e comunidades tradicionais; g) acesso à
361 água, acesso aos mananciais naturais; h) saúde da população negra e de povos e comunidades
362 tradicionais, saneamento básico, a questão da anemia falciforme, que é uma doença que
363 afetaria diretamente a população negra; i) agricultura urbana e periurbana. Destacou ainda que
364 o termo “étnico-racial” usado no item de temas transversais foi muito genérico e
365 invisibilizava a população negra e os povos e comunidades tradicionais. Os temas sugeridos
366 para as plenárias de 2017 foram: a) racismo institucional e seus impactos no acesso às políticas
367 públicas e à segurança alimentar e nutricional das populações negras e povos e comunidades
368 tradicionais e o acesso aos alimentos adequados e saudáveis: violações dos direitos
369 relacionadas à questão terra e território, violência urbana, juventude negra e rural, intolerância
370 religiosa, disponibilização dos dados por raça e cor, reforma da previdência e reforma
371 trabalhista. Destacou que, de 2015 a 2024, se comemora a década do afrodescendente com o
372 tema: afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento. Destacou que o tema de
373 racismo institucional, terra e território está relacionado diretamente com as agendas
374 internacionais também. Em relação às sugestões aos processos de trabalho das CPs, o grupo
375 concordou com a proposta de duração da reunião ser das dez às dezoito horas. Solicitou que a
376 Fundação Cultural Palmares também fosse convidada para participar da CP5. Propôs que a
377 reunião da CP5 discutisse pela manhã os temas específicos da CP e o tema da plenária do dia
378 seguinte com a participação de representantes da sociedade civil e que, pela tarde, se

379 discutisse com todos os membros do governo. Para a primeira reunião, solicitou que o Consea
380 convidasse a Katia Favila e um representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades
381 Tradicionais (CNPCT) para trazer um panorama geral da diversidade dos segmentos
382 representados no CNPCT, com ênfase nos desafios de SAN enfrentados por esses segmentos.
383 O grupo aprovou usar um breve tempo de cada reunião para definir a pauta da próxima
384 reunião. O grupo propôs que ocorresse reunião intercomissões quando a pauta demandar e
385 com agendamento prévio. Recomendou que o Consea sempre explicitasse qual população está
386 se referindo: se é população negra, se é comunidade quilombola, se são grupos populacionais
387 específicos, quais são esses grupos, porque seria necessário dar identidade sobre quem o
388 Consea está falando e nos documentos do governo com a desagregação dos dados. O grupo
389 solicitou à Caisan a matriz de monitoramento do Plansan com recorte raça/cor e povos e
390 comunidades tradicionais para ser utilizada como ferramenta de trabalho da CP5. Demandou
391 também que fosse garantida a participação da CP5 e da CP6 nas reuniões do Comitê Técnico
392 de Povos e Comunidades Tradicionais da Caisan. Sobre a coordenação da CP, o conselheiro
393 Edgar Moura foi indicado provisoriamente até a próxima reunião, porque somente ele era
394 titular no grupo.

395 **Grupo de trabalho 6 – Segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas:** O
396 conselheiro Dourado Tapeba, indicado pelo grupo 6 para fazer o relato, citou a participação
397 de sete pessoas na reunião. Explicou que não foi possível escolher relator, nem vice-
398 coordenador, porque só havia ele como representante da sociedade civil. Informou que o
399 nome da CP foi mantido. Relatou que houve pequenas alterações na ementa e que não seria
400 necessário fazer a leitura na plenária. Acrescentou que a CP6 trabalhará em parceria com a
401 CP2, CP3, CP4 e CP5. Em relação aos desafios do Plansan, o grupo aprovou a inclusão do
402 desafio 1 - promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade
403 para as famílias e pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional -, do desafio 3 -
404 promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e, estruturação da agricultura
405 familiar e fortalecimento do sistema de produção de base agroecológica – e do desafio 6 -
406 controlar e prevenir os agravos decorrentes de má alimentação. Nos temas prioritários da CP,
407 o grupo definiu: regulação das terras indígenas; monitoramento do estado nutricional de
408 crianças menores de cinco anos e de gestantes; estratégia para redução da mortalidade infantil;
409 fortalecimento do programa de fomento e atividades produtivas rurais, com inclusão e
410 ampliação de vagas para povos indígenas; criação de mecanismo de fomento e crédito para
411 atividades produtivas em terras indígenas, fundamentado nas diretrizes da política nacional de
412 gestão ambiental e territorial de terras indígenas (PNGATI), e aliado ao programa de
413 assistência técnica e extensão rural específica para povos indígenas; inclusão de terras já
414 identificadas e delimitadas na PNGATI; inclusão e ampliação do programa de cisternas para
415 os povos indígenas; focalização, qualidade dos alimentos e regularidade das entregas em
416 diálogo permanente com a Caisan, porque o grupo não defendeu que os povos indígenas
417 vivessem somente de distribuição de cestas de alimentos, apesar de reconhecer que o plantio
418 de alimentos é insuficiente em muitas aldeias e ainda tem muita gente morrendo de fome no
419 nordeste; cardápio escolar e entraves sobre proibição legal de entrada de alimentos
420 tradicionais no programa de alimentação escolar indígena (resolução da Anvisa que proíbe no

cardápio o peixe pescado pelos pescadores e a caça. De acordo com o grupo, a Anvisa não conhece os costumes indígenas); cumprimento de trinta por cento de alimentos oriundos da agricultura familiar, priorizando produção das famílias indígenas, no âmbito do Pnae e do PAA; fortalecimento da produção, distribuição e acesso a sementes crioulas em parceria com a Embrapa; dar continuidade ao monitoramento da situação dos povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul; iniciar o monitoramento da situação de segurança alimentar e nutricional das etnias em maior vulnerabilidade, tais como o povo Ianomâmi, sob o impacto da contaminação por mercúrio, a mortalidade infantil em Roraima e no Amazonas e, também, a questão em Minas Gerais, o povo Cinta Larga, Gamela, entre outros. Os temas de plenárias sugeridos para a gestão 2017-2019 foram: terra e território e os entraves do poder judiciário, em parceria com a CP 5. Sobre as sugestões aos processos de trabalho da CP, o grupo concordou com o que estava no texto original de realizar as reuniões das CPs de dez às dezoito horas; de realizar reuniões em conjunto com as outras CPs sobre temas comuns, por exemplo, a CP5; de articular pautas comuns, previamente, sugeridas e submetidas à aprovação da coordenação da CP; de reunir a mesa diretiva às vésperas da reunião da CPs. Sobre a articulação com outros poderes, sugeriu convidar a Sônia Guajajara para discutir sobre as PECs e os Projetos de Lei; incluir assessorias parlamentares dos Ministérios na rede de monitoramento do Poder Legislativo; convidar a 6ª Câmara do Ministério Público Federal para a rede de monitoramento do Poder Judiciário, explicitando que deve compor a rede de monitoramento. Sobre a relação com outros Conselhos, sugeriu convidar representantes do CNDH sobre a questão do plano Guarani e Kaiowá, a CNPCT, o CNPI, fórum de Presidente de Condisi, CNAS, Conama e outros. Sobre o monitoramento do Plansan, o grupo propôs reservar tempo na pauta de reuniões da CP para apresentação da Caisan sobre o respectivo desafio que cabe à CP. Cada CP poderia discutir as metas que seriam abordadas em cada reunião. O grupo reforçou que os povos indígenas fossem pauta permanente do Consea. Informou que o grupo indicou seu nome para coordenar a CP6 e que a relatoria e a vice-coordenação serão definidas na próxima reunião.

Comissão de presidentes de Conseas Estaduais (CPCE): O coordenador da CPCE Gil Marcos informou a pauta discutida na reunião dessa comissão com destaque para os informes dos encontros regionais da Caisan; agricultura familiar; informe sobre o Plano Safra 2018; Sisan; orientações para as eleições dos Conseas estaduais e municipais. Em relação à ementa da comissão, a palavra-chave indicada foi o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (Sisan), conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional (Conseas) e participação social. A CPCE também discutiu o papel e a autonomia dos Conseas na gestão das políticas públicas como o PAA, Pnae, acesso à terra, marco regulatório da sociedade civil e Planapo e sua importância na garantia de espaços de construção do Sisan, de controle social e de elaboração dos planos estaduais na perspectiva de efetivação de sistemas alimentares saudáveis, pautado nos princípios da soberania e segurança alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação adequada. A CPCE também discutiu a participação da Caisan e dos Conseas no planejamento, na elaboração e no monitoramento do plano plurianual (PPA); a capacitação da sociedade civil, profissionais, gestores, gestões públicas sobre Sisan e sua corresponsabilidade na construção no âmbito dos estados;

463 financiamento público do Sisan; processo de eleição dos Conseas municipal e nacional.
464 Também, em conformidade com o regimento interno do Consea, informou que a CPCE
465 abordará ainda: construção, implementação, monitoramento e avaliação do Sisan e da política
466 nacional de segurança alimentar e nutricional (PNSAN) nos estados; fomentar articulação
467 entre os conselhos estaduais de segurança alimentar e nutricional, com vistas ao intercâmbio
468 de informações e experiências, bem como a realização de iniciativas conjuntas de âmbito
469 regional e nacional; debater temas nacionais relacionados à segurança alimentar e nutricional,
470 encaminhadas à comissão e difundi-los no âmbito estadual; fomentar a discussão no âmbito
471 do Consea de questões e temas locais e regionais relevantes para promoção da segurança
472 alimentar e nutricional em âmbito nacional; contribuir para a formulação e implementação de
473 projetos e iniciativas de segurança alimentar e nutricional, nos estados e municípios; propor a
474 elaboração de documentos e manifestações do Consea, que abordem temas afetos aos estados
475 e municípios. Em termos de monitoramento do 2º Plansan, propôs que a CPCE, em
476 articulação com a CP 1, fosse responsável, principalmente, pelo desafio 8: consolidar a
477 implementação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (Sisan),
478 aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social. A CPCE
479 também discutiu e aprovou sua ementa. Como sugestões de temas de plenárias, a CPCE
480 sugeriu: plenária de 15 e 16 de agosto - o tema água e o Sisan - financiamento e pacto de
481 gestão. Reforçou que, na pauta de agosto, já está prevista a 5ª Conferência+2, porque teria que
482 entrar no orçamento de 2018 dos estados. A CPCE também discutirá as orientações e direções
483 para os estados e municípios. A CPCE pretende convidar a Seppir para falar de ações
484 orçamentárias e questões sobre quilombolas. Para 26 e 27 de setembro, a CPCE discutirá o
485 financiamento, pacto de gestão e a experiência de monitoramento dos estados; a 5ª
486 Conferência+2. Informou que a CPCE detectou que só cinco estados têm orçamento próprio
487 e tem rubrica e solicitou juntamente para a Caisan e o Consea, que produzissem um
488 documento e encaminhassem para as secretarias de planejamento dos estados, sugerindo que
489 convidassem os Conseas e as Caisans estaduais para participar da elaboração do PPA, visando
490 a colocar no orçamento de 2018. Outro tema de plenária sugerido foi a agricultura familiar e
491 compras institucionais. Em seguida, Gil Marcos apresentou novos presidentes estaduais:
492 Erico, de São Paulo; a Mãe Renilda, da Paraíba; Rui, do Amazonas; o Robson, do Amapá; a
493 Silvia, de Roraima. Informou que a CPCE teve um processo de eleições e escolheu os novos
494 três coordenadores, que vão coordenar até junho de 2018. Jean, do Rio Grande do Norte, será
495 o coordenador geral da CPCE. Explicou que a coordenação atual passou dois anos e meio
496 devido à conjuntura política do Brasil. As vice-coordenadoras escolhidas foram a Aída, do
497 Mato Grosso, e a Rosa, do Rio de Janeiro. Interlocutor não identificado acrescentou que o
498 convite para Seppir não seria só para tratar da questão quilombola, mas, também, da questão
499 orçamentária para povos e comunidades tradicionais.

500 Elisabetta Recine, presidenta do Consea, avaliou que as propostas dos grupos não
501 apresentaram qualquer tipo de polêmica. Porém, destacou dois pontos que precisavam de
502 decisão: 1) a proposta de criação de um grupo de trabalho para tratar do Sisan; 2) a proposta
503 de alteração do nome da CP4 para “direito humano à alimentação e nutrição adequada
504 (Dhana)”. Sobre este último ponto, destacou que a mudança de nome implicaria numa

505 mudança de conceito e sugeriu que o conselheiro Marcelo Brito, representante da organização
506 Fian que está participando desse processo no nível global, esclarecesse a questão. Em relação
507 aos relatos dos grupos de trabalho 5 e 6, informou que o Consea tem procurado garantir a
508 participação de conselheiros suplentes em todas as reuniões de acordo com a capacidade
509 orçamentária. Explicou que ocorreram algumas ausências porque alguns conselheiros estavam
510 com pendências nas prestações de contas e que isso impediu a emissão de novas passagens.
511 Também destacou que era necessário definir o tema das duas próximas plenárias. Em seguida,
512 abriu o tempo para manifestações da plenária.

513 **Debate:** O conselheiro Marcelo Brito explicou que a Fian Brasil, nesse último período no
514 âmbito internacional, vem trabalhando nessa perspectiva do Direito Humano à Alimentação e
515 à Nutrição Adequada (DHANA). Além da Fian, várias organizações da sociedade civil,
516 ligadas à ONU, também tem discutido essa nova perspectiva. Destacou a importância do
517 entendimento sobre a interpretação do direito humano à alimentação, que sempre esteve em
518 disputa desde a sua inclusão no artigo 25 da Declaração Universal de Direitos Humanos. Por
519 isso, recomendou refletir quais são as fronteiras atuais desse conceito. Alertou que a
520 ampliação do conceito não se restringe somente aos movimentos sociais, mas também ao
521 movimento do capital que é o neoliberalismo, o qual defende que a fome e a má nutrição
522 podem ser resolvidas apenas pela liberação do comércio internacional. Esse modelo esforça-
523 se para reduzir o direito à alimentação ao direito a calorias, especialmente na forma de auxílio
524 e assistência com alimentos ou doações. Esse movimento se recusa a reconhecer as suas
525 obrigações sobre a lei internacional dos direitos humanos, de respeitar, proteger e realizar o
526 Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esse grupo defende o acesso a
527 suplementos alimentares e à fortificação de alimentos, como forma de promover “a nutrição”,
528 desconsiderando o acesso a recursos produtivos e a mercados e a promoção do direito à
529 diversidade de alimentos saudáveis e localmente produzidos. Relatou que as organizações da
530 sociedade civil ligadas ao sistema de direitos humanos compreendem o ato de alimentar-se a
531 si mesmo, sua família e a sua comunidade como um processo social de transformação da
532 natureza e dos alimentos em bem-estar humano. Ressaltou que os alimentos não são meros
533 *commodities* ou remédios. Segundo o conselheiro Marcelo Brito, a inclusão do termo
534 “nutricional” é uma disputa do ponto de vista conceitual, pois a sociedade civil não discute o
535 “nutricional” numa perspectiva só biológica, mas do direito. Concluiu dizendo que o alimento
536 é a expressão do ser, de uma cultura, de um modo de ser. A conselheira Christiane Gasparini
537 sugeriu que o conselheiro Irio Conti fosse o relator da CP1. O conselheiro Kleber Gomes
538 defendeu que o Sisan não fosse reduzido a um grupo de trabalho e propôs que uma comissão
539 permanente específica assumisse o tema. A conselheira Ana Lúcia Pereira sugeriu que o Sisan
540 e os macrodesafios nacionais e internacionais fossem discutidos na mesma CP, reservando o
541 período da manhã das reuniões para o Sisan e a tarde para os macrodesafios. Patrícia Gentil,
542 representante da Caisan, defendeu a proposta de criação de um grupo de trabalho para o Sisan
543 em função da experiência da gestão anterior da comissão permanente 1 que contou com uma
544 pequena representação da sociedade civil e não avançou nos principais pontos da
545 regulamentação do Sisan. Sobre a ementa da CP3, ponderou que o monitoramento da Planapo
546 não deveria fazer parte, pois é uma atribuição da comissão nacional de produção orgânica e

547 agroecológica (Cnapo) e pela agenda da CP estar muito extensa. Sobre a mudança de nome da
548 CP4, opinou que o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada adotado no Brasil já
549 considerava toda a perspectiva apresentada pelo conselheiro Marcelo Brito e que, por isso,
550 propôs maior reflexão sobre as consequências antes da decisão de mudança de nome da CP.
551 Em relação ao que a CPCE colocou sobre o processo eleitoral da composição dos Consea
552 nacional, estadual e municipal, ponderou que a CPCE não possui essa competência de
553 definição dos parâmetros de processo eleitoral, porque existem competências federativas e a
554 única obrigatoriedade para Conseas nacional, estadual e municipal deveria ser deliberado por
555 meio das conferências nacionais. A CPCE poderia fazer sugestões ao processo eleitoral, mas
556 isso não é uma competência para estar na ementa da CPCE. O conselheiro Dourado Tapeba
557 sugeriu que suplentes também pudessem assumir as coordenações, vice-coordenações e
558 relatorias das CPs, pois a CP6 possui somente dois titulares indígenas. Também sugeriu que a
559 plenária sobre terra e território fosse realizada em parceria com a CP5. O conselheiro Carlos
560 Cavalcanti sugeriu a inclusão na ementa da CP3 da questão da gestão de resíduos, pois o
561 desperdício de alimento agrava o problema do lixo em grandes cidades, enquanto a fome
562 ainda afeta uma em cada oito pessoas no mundo. Segundo Carlos, um terço do que se produz
563 não chega à mesa e engrossa o volume de lixo orgânico, ainda sem destinação adequada. O
564 conselheiro reforçou que, todos os anos, sete milhões de toneladas de frutas e quase seis
565 milhões de toneladas de hortaliças produzidas no Brasil se perdem no caminho entre o campo
566 e o consumidor final, conforme dados do setor de agroindústria de alimentos da empresa
567 brasileira de pesquisa agropecuária (Embrapa). No mundo, um virgula três milhões de
568 toneladas de alimentos são perdidas ou desperdiçadas todos os anos, de acordo com a
569 organização das nações unidas para alimentação e agricultura. O conselheiro Eduardo Amaral
570 (Cazuza) concordou em incorporar na agenda da CP3 a gestão de resíduos. A conselheira Inês
571 Rugani defendeu que não via como fragilização do Sisan a criação de um grupo de trabalho
572 específico para o tema em função do seu dinamismo e de não ser um GT com composição
573 fixa. Sobre o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada, a conselheira Inês
574 distinguiu conceito de processo. Considerou precipitado mudar o nome da CP4, pois, segundo
575 sua visão, a inclusão da nutrição poderia facilitar a captura pela perspectiva do capital no
576 contexto do Brasil. O conceito atual contempla essa preocupação com a nutrição. Para fazer
577 essa mudança, o Consea precisaria de um processo mais longo de debate. Sobre temas para
578 plenárias, a conselheira sugeriu que fossem agrupados os temas de abastecimento, sistemas e
579 ambientes alimentares e compras públicas em uma única plenária. Eudimar, presidente do
580 Consea do Acre, solicitou que a CP5 discutisse com o Ministério do Desenvolvimento Social
581 (MDS) o conceito de comunidade que vem sendo utilizado no CadÚnico para povos
582 tradicionais e comunidades de terreiro. A conselheira Ana Paula Bortoletto ponderou que o
583 regimento interno do Consea precisava ser revisto sobre a duração da existência dos grupos de
584 trabalho e que a criação do GT Sisan poderia ser uma experimentação para avaliar sua
585 pertinência. Sobre a questão da inclusão da nutrição no nome da CP4, avaliou que não seria
586 bom dissociar alimentação de nutrição e que seria melhor fomentar que outros países
587 adotassem o conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional. Michelle Lessa,
588 representante do Ministério da Saúde, sugeriu a inclusão na CP1 da discussão do Códex
589 Alimentarius, pois faz parte da agenda internacional. Na CP2, propôs a inclusão do tema da

contaminação de alimentos não somente por agrotóxicos, mas também por resíduos de medicamentos, microtoxinas e vários outros tipos de risco, bem como a inclusão do tema de formação de preços de alimentos saudáveis. Também sugeriu que as comissões permanentes convidassem para suas reuniões representantes do Ministério Público Federal, do Poder Legislativo e do Judiciário. Manifestou preocupação sobre qual comissão faria o monitoramento da pobreza, desemprego e aumento real do salário mínimo, pois são temas importantes para a saída do Brasil do mapa da fome. A conselheira Mariana Santarelli defendeu a criação do GT Sisan e que suas reuniões pudessem ocorrer em datas próximas à mesa diretiva. Gil Marcos, presidente do Consea de Sergipe, afirmou que a CPCE decidiu discutir o processo eleitoral por causa dos diversos problemas enfrentados em vários estados e por uma recomendação do Ministério Público de estabelecer um rito. Esclareceu que a CPCE não propôs uma resolução para o Consea Nacional, mas sim princípios que seriam submetidos à mesa diretiva do Consea. A conselheira Daniela Frozi fez algumas pontuações a respeito da mudança de nome da CP4. Defendeu o papel do Consea de assessoramento e aconselhamento e que a concepção dos direitos deveria começar por uma hermenêutica de suspeitas em relação aos direitos humanos, tal como são convenientemente entendidos e defendidos. Lembrou que, historicamente, o Consea veio de um lugar em que a utopia daquilo que era impossível, que era o próprio conceito de soberania e segurança alimentar e nutricional, foi percorrido pelos dois terços da sociedade civil e pelo governo que quis fazer esse mesmo caminho de percorrer essa utopia. A conselheira Daniela Frozi acrescentou que o direito humano à alimentação e nutrição adequada simplesmente está nesse lugar para renomear uma comissão, que pretende se debruçar em uma nova perspectiva epistemológica do ponto de vista da concepção dos direitos humanos. Disse ainda que não é uma agenda da Fian e não é uma agenda internacional, mas sim uma construção do Consea nacional. Relembrou que, nos relatos da CP4 durante os últimos três anos, esse tema estava presente. Ressaltou que o Consea também tem o acúmulo de uma conferência nacional em que o nome foi “Comida de verdade, no campo e na cidade”, onde recolocou o lugar e o papel da nutrição nesse diálogo com a alimentação adequada. O conselheiro Írio Conti reforçou a importância de se reservar as tardes das reuniões das CPs para os temas convergentes e sugeriu que a lista de prioridades das CPs fosse rediscutida, pois ainda estava muito ampla. Sobre o Sisan, defendeu que a criação do GT precisava de legitimidade e consenso e que é uma inovação metodológica. O conselheiro Edgard Moura concordou em discutir racismo institucional juntamente com terra e território na mesma plenária. Elisabetta Recine, presidenta do Consea, resumiu as ponderações e não identificou nenhum problema que não pudesse ser resolvido por cada CP.

Encaminhamentos: Elisabetta Recine, presidenta do Consea, propôs os seguintes encaminhamentos: 1) Em relação a essas várias sugestões que ocorreram de aspectos específicos das comissões, o encaminhamento sugerido foi de fazer a relatoria detalhada disso e enviar aos coordenadores das CPs para análise até a aprovação das versões finais da ementa, prioridades etc. 2) Em relação ao esclarecimento de Gil Marcos, presidente do Consea de Sergipe, sobre o documento que está sendo discutido dentro da CPCE, o encaminhamento sugerido foi de rever como estava escrito isso na memória da comissão para que ficasse, na verdade, mais claro. 3) De acordo com regimento interno, os grupos de trabalho são criados

632 no âmbito das comissões e são compostos por integrantes de mais de uma comissão, bem
633 como integrantes de outras instancias colegiadas. Todas as comissões permanentes e grupos
634 de trabalhos devem orientar seus trabalhos observando recortes de gênero, raça e etnia. Não
635 há menção em relação a prazo de duração de grupos de trabalho no regimento do Consea.
636 Elisabetta Recine apontou, então, a necessidade de definição sobre a criação de um GT para
637 tratar do Sisan ou de manter esse tema no âmbito de uma CP. Consultou ao plenário sobre a
638 necessidade de votação do assunto. 4) Destacou a necessidade de definição sobre o nome da
639 CP4 e acrescentou que era uma questão de apropriação do processo, pois se a CP4 passou três
640 anos discutindo essa mudança, é possível que não tenha sido suficientemente compartilhado
641 com o conjunto dos conselheiros. Sugeriu que a CP4 avaliasse a possibilidade de amadurecer
642 esse processo de maneira coletiva, de trazer essa discussão de uma maneira mais organizada,
643 considerar no seu trabalho essa nova nomenclatura e esse novo conceito, mas fazendo com
644 que o conjunto dos conselheiros se apropriassem desse tema. 5) Sobre os temas das plenárias,
645 sintetizou as seguintes propostas: compras públicas; Sisan, que poderia ficar mais para frente,
646 quando o Consea estiver mais amadurecido em relação à 5ª conferência+2; sistemas
647 alimentares, abastecimento, ambientes alimentares; direito humano à alimentação adequada;
648 racismo institucional, terra e território; agricultura familiar. O conselheiro Kleber Gomes
649 reiterou a defesa de uma CP específica para o Sisan, alegando que o contexto atual era de
650 fragilidade do processo de consolidação da política. Elisabetta Recine propôs, então, colocar
651 em votação no início da tarde o tema de criação do GT para o Sisan. Em relação à questão da
652 nomeação da CP4, Elisabetta Recine consultou aos componentes do grupo de trabalho se
653 poderiam abrir mão da alteração da nomeação da CP e preparar um processo de discussão
654 com todos os conselheiros para que a decisão seja tomada com todos mais bem informados.
655 Interlocutor não identificado esclareceu que o grupo estava coeso quanto à nomenclatura e
656 que considerava desnecessário que esse assunto voltasse para a CP discutir. Elisabetta Recine
657 esclareceu que o coletivo não se manifestou suficientemente confortável com a mudança do
658 nome da CP4. A conselheira Daniela Frozi explicou que ela tem uma história de Consea
659 nacional de quase dez anos que vem desde o primeiro comitê Fome Zero, em Londrina, no
660 Paraná. Segundo Daniela Frozi, ela nunca viu ninguém questionar uma decisão de um GT
661 para nomeação, ou renomeação, ou reformulação ou qualquer outro aspecto, em relação ao
662 título de uma comissão. Disse ter ficado assustada com isso, pois lhe pareceu um assalto
663 àquilo que o Consea tem lutado que é a democracia, que são os espaços dialógicos, que são os
664 espaços participativos. Ressaltou que houve unanimidade na comissão sobre isso e, por isso,
665 não via necessidade de se colocar para votação esse ponto: o nome da comissão. Disse que o
666 grupo iria adensar esse conceito e que não queria fazer, necessariamente, mudança de
667 documento ou de qualquer outra coisa na direção da compreensão que está em lei do direito
668 humano à alimentação adequada. O ponto seria avançar numa direção temática, numa direção
669 de conteúdo, numa direção de aprofundamento no sentido de construir novos paradigmas para
670 vencer esse momento histórico. Pediu que fosse retirado de pauta da deliberação da plenária
671 esse posicionamento do grupo, pois considerou ser uma decisão da CP4 e não da plenária. A
672 conselheira Mariana Santarelli opinou que essa questão não se tratava somente de nome de
673 uma comissão, mas de um conceito. Informou que fez uma consultoria para a Fian na
674 elaboração do documento que teve o conceito do Dhana como parâmetro. Ponderou que não é

675 uma questão fácil e que não estava suficientemente amadurecida. Relembrou que a construção
676 do conceito de segurança alimentar e nutricional passou por processos longos em conferências
677 que são construções coletivas de conceitos. Sugeriu calma e que não se exagerasse a questão,
678 pois o Consea estava acabando de ser reconstituído. Elisabetta Recine sintetizou que existiam
679 vários entendimentos na plenária. Destacou o entendimento de que a mudança do nome
680 implicaria num processo de discussão conceitual, que a democracia se daria no coletivo e, não
681 apenas, no nível das comissões, pois a plenária é soberana sobre as decisões do Conselho.
682 Ressaltou que toda discussão seria bem-vinda. Solicitou à plenária um posicionamento sobre
683 o assunto. Interlocutor não identificado disse ter ficado assustado com a fala de Daniela Frozi,
684 pois entendia que as decisões das comissões deveriam vir para o pleno. Elisabetta Recine,
685 presidenta do Consea alertou sobre a necessidade de cuidado com as palavras, porque elas
686 definem as relações. Manifestou que é possível ser firme sem jogar qualquer suspeita sobre a
687 ética de ninguém. Ressaltou que o Consea é um ambiente democrático e que a democracia se
688 daria com sinceridade, honestidade e ética. Consultou, então, ao grupo se a retirada do tema
689 da pauta significava que o tema seria retomado na CP e posteriormente trazido para a
690 plenária. A conselheira Daniela Frozi manifestou então que o ponto poderia ser retirado de
691 pauta para que a CP4 reconsiderasse e avaliasse as estratégias de adensamento desse
692 conteúdo. Esclareceu também que o Consea é um dos espaços mais democráticos até o
693 momento e que continuará sendo assim. Disse que não suspeitou de que a democracia não
694 estaria acontecendo nesse espaço, mas que se referiu ao contexto histórico do Brasil, onde se
695 estaria vivendo um recuo da democracia. Elisabetta Recine, presidenta do Consea, fez os
696 seguintes encaminhamentos a serem decididos no período da tarde da Plenária: 1) a questão
697 de grupo de trabalho ou CP para tratar do Sisan; 2) a questão dos dois temas de plenárias para
698 fechar o ano. Em seguida, os trabalhos foram encerrados para a pausa do almoço
699 aproximadamente às 13h15min.

700 **Intervalo para o almoço**

701 **Comentários iniciais do trabalho da tarde:** ao abrir a sessão plenária da tarde, a presidenta
702 do Consea, Elisabetta Recine, ressaltou a importância de retomar os pontos de pauta que
703 ficaram pendentes na parte da manhã. Explicitou ainda a importância de brevidade no
704 tratamento destas pendências, uma vez que a sessão plenária da tarde possui convidados
705 externos. Neste contexto, comunicou que representantes do Ministério do Planejamento
706 estariam presentes enquanto convidados, pois demonstraram interesse em discutir uma
707 proposta de monitoramento do PPA a partir da participação social via Consea. Recine julgou
708 tal proposta interessante para o Conselho. Por isso, caberia ao pleno ter maiores
709 esclarecimentos sobre o assunto a fim de analisar como o Conselho pode se inserir e como ele
710 pode se articular com a CAISAN neste monitoramento, uma vez que a CAISAN já possui
711 experiência em monitoramento de políticas públicas.

712 **Continuação do debate da manhã sobre a formação das comissões permanentes:** Recine
713 convidou Christiane Costa para continuar as discussões da manhã. Costa afirmou ter
714 conversado com Írio Conti durante o almoço sobre a CP 1 e expôs sua preocupação: nesta CP,
715 a integrante Mariana Santarelli está de saída do Brasil e sua suplente, Bianca Suyama, em

breve também sairá devido à licença maternidade. Afirmou temer que – caso se crie a CP 1 e também um GT ligado à CP 1 – ambos fiquem sem número suficiente de participantes. Logo, sugeriu que o GT não se instale. Desta forma, a CP 1 se tornaria uma comissão mais abrangente, porque também englobaria os assuntos do GT. Este seria um desdobramento da CP 1, a qual seria coordenada conjuntamente pela Christiane Costa e pelo Írio Conti, e – em virtude dos temas relacionados ao GT – a CP também se disporia a discutir tais temas. Christiane Costa acrescentou que a coordenação compartilhada da CP 1 é importante, uma vez que Costa já desempenha funções como Presidente do Conselho de São Paulo, o que lhe demanda boa parte de seu tempo. Explicou ainda que em São Paulo há 12 milhões de habitantes e 32 prefeituras, de forma que cotidianamente muitos problemas existem; e isso sobrecarregaria os poucos trabalhadores do Conselho de São Paulo. Disse reacear não conseguir cuidar de tantas tarefas voluntárias. Concluiu sua fala afirmando que sua proposta seria uma forma de – não desmerecendo a importância de se ter uma dinâmica própria com a criação deste GT – retomar de alguma maneira a proposta original em que a CP 1 seria mais abrangente e trataria também dos temas do GT. Elisabetta Recine retomou a fala para sintetizar os argumentos de Costa. Recine ressaltou que a CP 1 deve abarcar discussões sobre o SISAN: a partir dos trabalhos desta Comissão haveria preparação de material sobre o SISAN e este tema seria discutido por todas as outras CPs em parceria com a CPCE. Mariana Santarelli pediu a fala para expressar sua opinião sobre a exposição de Christiane Costa: ressaltou a dificuldade de esta CP conseguir ter um grupo mais consistente, sem um GT ligado a ela; pois, além de discutir o SISAN, esta comissão permanente também teria a função de discutir a agenda internacional e seria demais abarcar esses dois temas e ainda os temas do GT. Ressaltou ainda que para discussões nesta CP, ela está em articulação com a Bianca Suyama de forma que uma terceira pessoa da Articulação Sul-Sul possa acompanhar as plenárias do Consea. Além do mais, Santarelli disse que – devido a sua ausência do país e à licença maternidade de Bianca – ela pretende acompanhar a CP 1 à distância, por Skype. Ressaltou que – apesar da dificuldade de presença física da Articulação Sul-Sul nas plenárias do Consea – a organização está bastante comprometida com os temas relacionados à CP 1. Reconheceu que possui as limitações já expostas anteriormente e que, inclusive por isso, a Articulação Sul-Sul renunciou do trabalho da coordenação da CP 1. Mariana Santarelli reafirmou ainda que a proposta de Christiane Costa pode tornar a CP 1 muito complexa ao ter o papel de tratar de temas demais. Acrescentou que o GT parece ser uma solução mais viável, porém no caso de sua instalação, teria que se avaliar quem estaria disponível para coordenar este GT e quem estaria disponível para coordenar a CP 1. Julgou que o Írio seria um bom nome para a coordenação do GT, no entanto seu nome já fora definido anteriormente como coordenador da CP 1. Concluiu que manter o GT em separado à CP 1 seria possível desde que houvesse disposição dos membros da CP 1 para articular suas tarefas de forma colaborativa, usando de mecanismos como e-mails e outras formas de comunicação à distância.

Definição da agenda temática prioritária: Elisabetta Recine retomou a fala e disse que – enquanto o debate sobre a CP 1 e formação ou não do GT seria conversado entre os integrantes do grupo de trabalho 1 – se encaminharia sobre os temas das plenárias, principalmente das plenárias de setembro e novembro. Recuperou todos os temas que foram

758 levantados na parte da manhã. Afirmou que o GT 1 propôs o tema de compras públicas e do
759 SISAN. Em relação ao tema do SISAN, foi comentado que a 5ª +2 Conferência Nacional de
760 Segurança Alimentar e Nutricional necessariamente deve discutir o SISAN. Logo, pareceu-
761 lhe mais estratégico que a plenária do SISAN ocorresse em data posterior, mais próxima da
762 realização desta conferência. Recine continuou sua fala expondo que o GT 2 propôs o tema de
763 sistemas alimentares e ambientes alimentares e que o GT 3 defendeu a discussão sobre
764 abastecimento e sistemas alimentares a partir da Política Nacional de Abastecimento. O grupo
765 4 teria elegido como tema prioritário o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
766 e o grupo 5 o tema de racismo institucional. Por fim, o tema do grupo 6 seria terra e território
767 e da CPCE agricultura familiar e compras. Elisabetta Recine avaliou que seria possível fazer
768 uma articulação entre as propostas que surgiram dos grupos dois, três e CPCE. Sobre a
769 discussão proposta pelo GT 5, iria para o conjunto dos outros temas, os quais perpassariam o
770 tema de terra e território, mas não se restringiriam a ele. Abriu para o debate sobre se CP 5 e
771 CP 6 manteriam sua proposta ou estariam contemplados sobre suas sugestões de temas serem
772 englobadas nos outros temas. Julgou que talvez a CP 5 quisesse manter o racismo
773 institucional como um tema principal. Interlocutor não identificou julgou ser possível unir a
774 questão de terra e território ao racismo institucional. Recine abriu consulta aos GTs 2, 3 e
775 CPCE para verificar se também estavam de acordo com esta junção a fim de que discussão se
776 voltasse mais para a abordagem de ambientes alimentares, sistemas alimentares, compras e
777 abastecimento. Interlocutor não identificado expôs preocupação com a proposta, pois estaria
778 tratando do tema de compras, mas não da questão da agricultura familiar. De acordo com ele,
779 esta seria um dos focos principais do Consea devido ao seu desmonte que estaria em curso
780 nos estados e municípios. O foco, portanto, deveria ser agricultura familiar e dentro desta se
781 trataria do tema compras. Recine pediu opinião do GT 1 sobre suas propostas de SISAN e
782 compras públicas. Quanto ao SISAN indagou ao grupo sobre concordância em deixar este
783 tópico, enquanto tema de plenária, para ser discutido mais próximo da 5ª +2 CNSAN.
784 Ademais, abriu um minuto de fala para que um membro de cada grupo pudesse falar sobre o
785 tema de seu GT. Interlocutor não identificado expôs opinião de que seria necessário dar
786 prioridade a temas atuais na definição da agenda do Consea para 2017 a exemplo do tema de
787 água, o qual foi escolhido para a plenária de agosto uma vez que o Encontro Mundial de
788 Águas ocorreria em breve. Ana Lúcia Pereira, do GT 5, defendeu os temas de racismo
789 institucional e terra e território, pois – ainda que já tenham sido discutidos em ocasiões
790 anteriores – continuam como muito importantes devido a não efetivação de toda a política
791 voltada para a questão dos quilombolas. Quanto à igualdade racial, acrescentou que já saiu o
792 decreto presidencial que altera o decreto de 29 de novembro de 2016; este convocaria a 4
793 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, mas o novo decreto passou a
794 convocação para o segundo trimestre de 2018. Assim, este seria o contexto ideal para o
795 Consea discutir o racismo institucional, terra e território, demarcação de terras; enfim, temas
796 com relação direta com a segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades
797 tradicionais. Acrescentou que a SEPPIR deixou de existir no atual governo e houve
798 enfraquecimento da Fundação Cultural Palmares. Concluiu afirmando que o contexto
799 brasileiro atual é adequado à discussão de racismo institucional e terra e território para a
800 plenária de novembro e não setembro, pois a plenária de setembro já estaria muito próxima e

801 o ideal seria que o GT 5 tivesse tempo suficiente para trabalhar uma proposta mais
802 consolidada antes que seus temas fossem levados a uma plenária do Consea. Interlocutor não
803 identificado pediu fala em nome da CPCE para defesa da agricultura familiar, uma vez que
804 saiu um novo decreto referente à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de
805 Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). De acordo com ele, o novo decreto sobre a
806 DAP seria prejudicial aos agricultores familiares de forma que imperaria o Consea debater
807 agricultura familiar no contexto desta recente alteração de decreto. Adicionalmente,
808 argumentou que o Plano SAFRA fora lançado, contudo a sua versão atual não teria sido muito
809 diferente da anterior, com alterações muitos simples que serviram apenas para mostrar à
810 sociedade de que houve alterações; ao mesmo tempo, o agronegócio teria conseguido avanços
811 muitos superiores às inovações apresentadas no Plano SAFRA. Diante disso, concluiu que a
812 CPCE defendia a agricultura familiar considerando as questões da DAP, do Plano SAFRA e
813 do avanço do agronegócio. Inês Rugani expôs que, a partir da fala que o antecedeu sobre a
814 defesa da agricultura familiar, acredita ser possível tratar dela conjuntamente com
815 abastecimento e que o mais adequado seria que tal junção fosse discutida em 2018. Recine
816 retomou a fala e argumentou que – a partir da fala de Ana Lúcia Pereira – o ideal seria que os
817 temas de terra e território e racismo institucional fossem tratados na plenária de novembro.
818 Assim, agricultura familiar e compras públicas ficariam para a plenária de setembro.
819 Interlocutor identificado achou importante comentar que – ainda que as plenárias de setembro
820 e novembro fiquem com os temas já discutidos anteriormente – que, para as plenárias de 2018
821 não se percam os demais temas levantados pelos GTs como relevantes. Recine afirmou que,
822 ao final do ano, seria feita uma avaliação das plenárias ocorridas em 2017 para que em 2018
823 as plenárias pudessem contemplar temas não abordados em 2017. Recine informou ainda
824 sobre a mesa diretiva, disse que a mesa se reuniria antes da plenária de agosto, ainda que já se
825 tivesse constituído um grupo de trabalho para esta plenária e que caberia à secretaria-
826 executiva do Consea informar da próxima reunião da mesa diretiva em breve.

827 **Contribuições da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais para a implementação**
828 **do SISAN:** Gil Marcos tomou a palavra e afirmou que a CPCE fez um roteiro do que deve ser
829 discutido sobre o SISAN de 2017 a 2019. Esclareceu ainda que esta visão geral sobre o que
830 abordar será acompanhada por uma relação direta da CPCE com as outras CPs a fim de que a
831 dinâmica dentro de todas as comissões perpassasse temas do SISAN. Comentou sobre o conceito
832 formal de CPCE, conforme inciso 6, artigo 2, decreto n. 6.272/2007: comissão, instituída no
833 âmbito do CONSEA, como mecanismo permanente de articulação do CONSEA Nacional
834 com os CONSEAs estaduais para concretização do SISAN. Neste contexto, explicitou que a
835 CPCE se utilizaria do SISAN como instrumento de comunicação entre Conseas estaduais e
836 municipais com o Consea nacional. A CPCE levaria decisões nacionais para a base, ao
837 mesmo tempo em que traria da base para o âmbito nacional demandas, experiências e
838 problemas a serem solucionados a nível nacional. O SISAN seria um instrumento para
839 verificar como ocorreria a participação social nos estados e municípios: se tal participação
840 seria apenas quantitativa ou se seria também qualitativa, quem seriam os atores que estariam
841 participando e quais variações de participação social existiriam de estado para estado. Neste
842 contexto, o SISAN demonstraria a existência de conflitos entre Caisans e Conseas dentro dos

843 estados e dentro dos municípios. Estes conflitos referentes ao compartilhamento da gestão do
844 sistema, às responsabilidades de Caisans e Conseas, à partilha de recursos, aos mecanismos
845 utilizados por cada órgão para fortalecimento e monitoramento de políticas e programas
846 nacionais. Explicitou ainda que um dos princípios do SISAN seria a intersectorialidade
847 progressiva, uma vez que – em alguns entes federados subnacionais – sempre que se mudam
848 os gestores as políticas do SISAN construídas na gestão antecedente se perderiam. Comentou
849 que se acredita que a intersectorialidade progressiva seria instrumento de prevenção a
850 fragmentações relacionadas a mudanças de gestão. Outra forma de solucionar este problema
851 seria a capacitação qualitativa cada vez maior de entidades subnacionais a fim de que a
852 participação social delas impeça que mudanças na gestão ocasionem perdas das políticas em
853 fase de implementação da gestão anterior. No entanto, muitas entidades subnacionais não
854 possuem interesse pelo tema de segurança alimentar e nutricional ou não têm recursos
855 humanos suficientes para terem uma participação social mais efetiva. Ademais, em um
856 contexto em que houve impeachment recente e cortes nas políticas sociais, algumas entidades
857 enfrentam ainda mais dificuldades para participarem de conselhos: ao diminuírem a
858 quantidade de pessoas dentro das entidades e elas acabam tendo que priorizar participação em
859 alguns conselhos em detrimento de outros. Diante deste cenário, argumentou que a CPCE
860 defenderia uma relação interfederativa permanente, clara e fortalecedora de instâncias de
861 participação social; em que todas as partes envolvidas – integrantes da sociedade civil e dos
862 governos – tivessem espaço igualitário para opinar, planejar e criticar. Gil Marcos expôs que
863 frequentemente as Caisans – enquanto representantes de governo – impõem suas
864 determinações à sociedade civil. Ao mesmo tempo, alguns Conseas estaduais – em estados
865 em que há Caisans enfraquecidas – se sobrepõem ao governo. Acrescentou que o ideal seria a
866 existência em cada esfera de governo (União, estados e municípios) de conselhos de SAN,
867 câmara intersectoriais de SAN, gestão interfederativa, conferências de SAN, estabelecimento
868 de diretrizes, prioridades e planos de SAN. Ressaltou também que muitos municípios aderem
869 ao SISAN no papel, no entanto sem colocar o sistema em prática. Nesse sentido, o decreto
870 7272 seria um instrumento de auxílio, pois regulamentou a LOSAN, avançou no que diz
871 respeito às formas de financiamento do sistema, instituiu a política de SAN e estabeleceu
872 prazo para elaboração dos planos de SAN. Ainda que se tenha este decreto, desde 2011,
873 muitos estados não teriam cumprido o prazo exigido para estabelecer seus planos de SAN.
874 Assim, uma das principais lutas da CPCE nos últimos anos estaria relacionada ao incentivo
875 para elaboração de planos estaduais de SAN; defendem inclusive que todos os estados até o
876 final de 2017 tenham seus planos, até porque não há como exigir que os municípios elaborem
877 seus planos sem que o próprio estado tenha feito o seu. A elaboração dos planos municipais
878 de SAN enfrentaria muitos questionamentos dos gestores sobre em que medida aderir ao
879 SISAN lhes seria benéfico e com que recursos poderiam contar para implementar os planos.
880 Gil Marcos argumentou que dependeria da habilidade de cada presidente de Consea estadual
881 convencer municípios a implementarem ações de SAN sem recursos adicionais; por exemplo,
882 via reeducação alimentar, equipamentos públicos, Centro de Referência de Assistência Social,
883 Centro de Referência Especializado de Assistência Social, hospitais, escolas e ferramentas já
884 disponíveis de programas formatados, como as do movimento “Comer pra quê?”. Quanto à
885 implementação do SISAN nos estados, Gil Marcos explicitou que há disparidades

886 interestaduais: enquanto alguns estados estão bem avançados na implementação do sistema,
887 outros estão incipientes. Quanto aos estados mais avançados, destacou que em Minas Gerais,
888 já haveria inclusive um município com fundo municipal de segurança alimentar (conforme
889 previsto na cartilha da 5 CNSAN). A CPCE ficou de entrar em contato com o estado para que
890 na próxima plenária nacional se comentasse mais sobre esta experiência municipal. Em
891 relação às Caisans, expôs que também haveria disparidades quanto ao funcionamento em
892 níveis subnacionais: muitas inclusive possuiriam somente um responsável, o próprio
893 secretário-executivo, o qual além de se responsabilizar pela Caisan em alguns casos também
894 exerceria um outro cargo público de forma a inviabilizar uma Caisan atuante. Nesse contexto,
895 Gil reconheceu o importante papel exercido pela Caisan nacional, a qual tem ido aos estados
896 para dar apoio, motivar e capacitar gestores estaduais. Elogiou ainda a relação harmônica
897 entre Caisan nacional e Consea nacional, porque serve de exemplo às interações subnacionais.
898 Sugeriu que o Consea nacional adote também a dinâmica de visitar as instâncias estaduais
899 para fortalecer o SISAN, o controle social, a elaboração dos planos estaduais e a autonomia
900 dos Conseas na gestão de políticas públicas, tais como PAA, PNAE, acesso à terra, marco
901 regulatório da sociedade civil, PLANAPO, entre outros. Esclareceu que a CPCE também tem
902 a intenção de trazer para o nível nacional discussões relacionadas à participação de Conseas e
903 Caisans no planejamento, elaboração e monitoramento do PPA, pois a maioria dos órgãos
904 estaduais não possuem orçamento próprio, o que dificulta a efetivação das ações de Conseas e
905 Caisans estaduais. Dessa forma, a CPCE teria se proposto a levar a discussão do PPA 2018 a
906 todos os estados a partir de julho de 2017, de modo a conseguirem linhas orçamentárias
907 próprias nos orçamentos estaduais de 2018. Em seguida Gil Marcos comentou sobre outro
908 assunto muito importante para a CPCE: as eleições nos Conseas estaduais e municipais.
909 Relembrou que este tema foi discutido durante a Comissão de Transição do Consea Nacional
910 – instituída para escolha das entidades que comporiam o Conselho na gestão 2017-2019 –
911 devido à necessidade de que se crie um modelo padrão de eleição para os Conseas
912 subnacionais. Tratou ainda de destacar que a CPCE incentivaria momentos de articulação
913 entre os Conselhos estaduais, com o propósito de gerar intercâmbio de informações e
914 experiências entre os Conselhos bem como realizar iniciativas conjuntas de âmbito regional e
915 nacional. Como exemplo de intercâmbio de informações e experiências entre estados, citou
916 que o Rio Grande do Sul estaria em processo de implementação (julho de 2017) de várias
917 iniciativas inovadoras e que ficaram de trazer sua experiência para compartilhamento com
918 outros estados, caso suas iniciativas alcançassem bons resultados. Como exemplo de iniciativa
919 conjunta de âmbito nacional, mencionou que os estados teriam se articulado para levar ao
920 Consea nacional temas que são problemáticos em todo o país, como a discussão sobre água,
921 agricultura familiar e – em momento mais anterior – sobre o Matopiba. Ressaltou ainda que
922 seria interessante que o Consea nacional tratasse o Matopiba como um tema de plenária para o
923 ano que vem, pois este estaria afetando por demais as comunidades tradicionais. Acrescentou
924 a importância de interação constante da CPCE com a CP 1 a fim de que a discussão conjunta
925 das comissões sobre o SISAN ocasionasse no fortalecimento da execução do sistema em
926 estados e municípios. Dessa forma, os entes subnacionais ficariam de trazer da base os
927 problemas práticos na execução de um sistema pensado a nível nacional para expor resultados

928 positivos da implementação, as experiências que não deram certo e os aperfeiçoamentos
929 necessários.

930 **Debate sobre a apresentação da CPCE:** Jean Pierre complementou a exposição de Gil
931 Marcos ao afirmar que a CPCE pretendia debater os seguintes assuntos: financiamento do
932 SISAN, especialmente o financiamento da gestão desse sistema; pacto pela alimentação
933 saudável; relação público-privado (processo de adesão das entidades com ou sem fins
934 lucrativos ao SISAN); e processo nacional de formação sobre o SISAN. Cleber pediu a
935 palavra e ressaltou que – conforme exposto por Gil Marcos – os gestores municipais sempre
936 indagam sobre que benefícios lhe trará a implementação municipal do SISAN. Assim,
937 solicitou que o Consea Nacional e a Caisan Nacional continuassem ajudando na
938 sensibilização dos municípios. Ademais, Cleber solicitou informações atualizadas sobre o
939 financiamento do SISAN no contexto em que Consea Nacional e Caisan Nacional vinham
940 trabalhando com a questão da constituição das comissões bipartites e tripartites, formadas por
941 estados e municípios. Recine tomou a palavra e indagou a Gil Marcos se ele gostaria de fazer
942 um fechamento de sua apresentação e dos questionamentos apresentados. Gil tomou a palavra
943 para explicar que, sobre a questão dos gestores municipais, a Chrisitane Costa já havia
944 exposto que a adesão ao SISAN é mais fácil no contexto urbano. Dentro das cidades
945 pequenas, haveria maior participação da sociedade civil, inclusive com a participação dos
946 prefeitos, o que facilitaria no engajamento das prefeituras com o SISAN. Nas cidades
947 pequenas, as atividades administrativas das prefeituras seriam menores, logo participar do
948 SISAN seria uma atividade que daria proeminência política e, por isso nos municípios
949 menores a participação se tornaria maior. Sobre o financiamento do SISAN, Gil acrescentou
950 que na maioria dos casos são as próprias entidades da sociedade civil que arcam com os
951 custos de participação nas reuniões dos Conseas; por isso defendeu que haja participação no
952 PPA, para que haja orçamento capaz de cobrir despesas de diárias e passagens de conselheiros
953 que se deslocam de outras cidades para participarem das reuniões do Consea. Gil Marcos
954 finalizou sua fala agradecendo a confiança do Consea Nacional no trabalho desenvolvido por
955 ele como coordenador da CPCE e também agradeceu o auxílio de coordenação oferecido pela
956 Rosa, do Pará, e por Santa Catarina. Por fim, informou que – a partir de agosto de 2017 – o
957 coordenador da CPCE seria o Jean Pierre, do Consea Rio Grande do Norte. Elisabetta Recine
958 retomou a fala para agradecer o trabalho desenvolvido por Gil e pela CPCE como um todo na
959 gestão 2014-2016, ressaltou também um avanço para a gestão de 2017-2019 com o espaço de
960 uma hora sempre reservado à CPCE durante as reuniões plenárias do Consea Nacional.

961 **Informe sobre monitoramento participativo do Plano Plurianual (PPA 2016-2019):**
962 Recine convidou Rodrigo do Departamento de Planejamento, Avaliação e Assuntos Sociais
963 da Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento para expor proposta de
964 monitoramento participativo do PPA. Rodrigou começou sua fala afirmando que o
965 monitoramento participativo do PPA tem sido feito desde 2011, a partir das denominadas
966 agendas transversais. Estas agendas seriam leituras temáticas dos atributos do PPA, como as
967 agendas de gênero, igualdade racial, povos indígenas e LGBT. A ideia teria sido a de analisar
968 os diversos programas e atributos do PPA sob a ótica desses temas. Tal iniciativa fora
969 premiada pela ONU, como inovação no mecanismo de participação social. No entanto, o

970 Ministério do Planejamento julgou à época que esta ação contribuiu mais como uma prestação
971 de contas à sociedade civil do que propriamente para um monitoramento do PPA. Logo,
972 estariam propondo agora um avanço denominado de monitoramento participativo tempestivo.
973 Ressaltou que desde 2012 as agendas transversais seriam nove: criança e adolescente,
974 juventude, povos indígenas, (inaudível). Ademais, desde 2012, haveriam três temáticas:
975 desenvolvimento, (inaudível) e os (inaudível) da água. A ideia então seria neste momento a de
976 expandir as doze agendas originais para as agendas dos Objetivos de Desenvolvimento
977 Sustentáveis (ODS). Nesse sentido, o Ministério do Planejamento (MP) já teria feito uma
978 primeira proposta, conjuntamente à Secretaria de Governo da Presidência da República
979 (Segov), que estaria em processo de validação com os órgãos setoriais. Acrescentou que com
980 esta nova forma de monitoramento seria possível acompanhar as agendas de ODS no sistema
981 de monitoramento do PPA. Iriam, assim, manter a proposta de monitoramento que já estaria
982 em curso, via Fórum Interconselhos, e informou que o próximo Fórum ocorreria em setembro
983 de 2017. Ademais, além desta forma de monitoramento, haveria então um novo mecanismo
984 para acompanhar o PPA. Com ele se avançaria para além da simples prestação de contas à
985 sociedade civil ao final do processo, pois permitiria que os conselhos de políticas públicas
986 controlassem o PPA também durante a execução do plano. Lembrou ainda que dentro de cada
987 agenda transversal, haveria um conselho mais ligado diretamente ao tema. Mencionou como
988 exemplo o Conselho Nacional de Defesa do Direito à Mulher que se relacionaria à agenda
989 transversal de políticas para mulheres. Explicou que a proposta seria que cada conselho que
990 possuísse uma agenda temática escolhesse cinco metas do PPA para monitorar. Dessa seleção
991 de cinco metas, caberia ao MP junto à Segov e aos órgãos intersetoriais elaborar o
992 chamado Plano de Implementação Simplificado. Este plano seria uma reinterpretação dos
993 textos das metas, as quais possuiriam enunciados muito gerais e não deixariam explícito quais
994 as etapas para se alcançar o resultado, os responsáveis e o prazo. A partir de tais planos, os
995 conselhos poderiam melhor monitorar o PPA. Rodrigo ressaltou ainda que segurança
996 alimentar e nutricional não possui atualmente uma agenda específica acompanhada pelo PPA.
997 Ao mesmo tempo, a área de SAN já possui seu próprio plano, uma agenda que – embora não
998 esteja na lei que criou o PPA – é monitorada devido à existência do plano. Sugeriu, assim, que
999 o Consea se utilize de seu plano para fazer a seleção de metas do PPA a serem monitoradas.
1000 Nesse contexto, o Consea poderia tentar relacionar seu monitoramento do PPA não só com o
1001 PLANSAN como também com o ODS 2, que trata basicamente da questão da fome e, por
1002 isso, tem relação direta com as atividades do Consea. Esta nova proposta de monitoramento
1003 seria inovadora, um projeto piloto, pois a regra atual estaria voltada a monitorar apenas ao
1004 final do ano (monitoramento estático); o que se estaria propondo agora seria um
1005 monitoramento setorial ao longo da execução, um avanço do ponto de vista do papel dos
1006 conselhos de políticas públicas no monitoramento do PPA. Esclareceu ainda que – por ser um
1007 projeto piloto – a falta de experiência anterior e a necessidade de articulação entre muitos
1008 atores seriam os principais desafios; dado tais desafios, o papel do MP seria principalmente o
1009 de mediação entre os conselhos e os órgãos de governos responsáveis pela elaboração do
1010 plano de implementação. Outro entrave seria a diversidade de metas e iniciativas do PPA, que
1011 iriam desde a promulgação de algumas legislações e ações a serem implementadas em todos
1012 os estados brasileiros até, em alguns casos, a construção de infraestrutura. Sobre o

1013 cronograma para a implementação desse monitoramento, Rodrigo explicitou que entre maio e
1014 junho de 2017 já teriam feito a primeira rodada de apresentação da proposta. Em 18 de maio
1015 de 2017 teria sido feita uma reunião com 27 secretários-executivos e presidentes de
1016 Conselhos. No entanto, no dia da plenária de maio do Consea não teria sido possível uma
1017 exposição do MP sobre o assunto. Neste aspecto, esclareceu que embora já houvessem obtido
1018 um feedback de secretário-executivos e presidentes de Conselho, faltaria ainda dialogar
1019 diretamente com a sociedade civil dos conselhos e que, por isso, estariam fazendo uma
1020 exposição na plenária do Consea. Disse ainda que – no mesmo dia da plenária do Consea – já
1021 haviam feito apresentação semelhante no Conselho Nacional de Assistência Social. Rodrigo
1022 acrescentou que o ideal seria que os conselhos escolhessem suas metas a monitorar até o
1023 próximo Fórum Interconselhos (com data prevista para o final setembro de 2017). Finalizou
1024 sua exposição apresentando seus contatos institucionais. Em seguida, Recine agradeceu a
1025 Rodrigo pelas explicações e abriu para o debate.

1026 **Debate sobre a apresentação do Ministério do Planejamento:** Priscila Bocchi pediu a
1027 palavra. Iniciou sua explanação parabenizando o MP por sua iniciativa inovadora de
1028 monitoramento tempestivo, ao mesmo tempo em que lembrou que é algo de difícil
1029 implementação, que sem o MP no comando deste processo não haveria avanços, mas que, de
1030 qualquer forma, os setores estariam dispostos a ajudar na implementação da proposta. Em
1031 seguida, propôs – em virtude dos prazos apresentados e do PLANSAN já em execução – que
1032 o monitoramento do Consea tivesse o PLANSAN como orientador do monitoramento do
1033 PPA. Comentou que no PLANSAN teria nove desafios e o Conselho precisaria escolher cinco
1034 metas. Sugeriu então escolher uma meta por desafio e depois filtrar para que se chegue a
1035 número de cinco durante a próxima plenária do Consea, em agosto. Elisabetta Recine
1036 agradeceu as contribuições de Priscila Bocchi e passou a palavra para Rogério Neuwald. Este
1037 ressaltou a importância desta iniciativa, uma vez que o monitoramento *a posteriori* do PPA
1038 possuiria limitações ao ser feito somente ao final do ano. Sobre o limite de cinco metas a
1039 serem monitoradas pelos Conselhos recomendou que – como o Consea, a CNAPO e o
1040 CONDRAF sempre trabalhavam de forma cooperativa – os três conselhos se articulassem
1041 para que cada um deles monitorasse 5 metas não coincidentes entre si. Pois, assim, uma maior
1042 quantidade de metas do PPA estaria coberta por este monitoramento de conselhos. Recine
1043 agradeceu a fala de Neuwald e passou a palavra para Anderson, do Movimento Nacional da
1044 População de Rua. Ele também parabenizou o MP pela iniciativa e disse ter conhecimento da
1045 importância da ação, uma vez que já participara de outros monitoramentos do PPA, via
1046 Conselho Nacional de Assistência Social e Fóruns Interconselhos anteriores; só que, nestes
1047 monitoramentos, julgou que faltou um retorno aos Conselhos de que foi discutido e que esta
1048 nova iniciativa supriria tal lacuna. Nesse contexto, demonstrou apoio à sugestão de Neuwald
1049 para que haja articulação entre os Conselhos no monitoramento e defendeu – que no caso do
1050 Consea – se utilizasse também os nove desafios em articulação com os Objetivos de
1051 Desenvolvimento Sustentáveis. Recine agradeceu a Anderson e passou a palavra para Inês
1052 Rugani, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Rugani demonstrou entusiasmo com a
1053 proposta de monitoramento e elogiou a utilização do PLANSAN pelo Consea para tal fim.
1054 Acrescentou ainda que a escolha das cinco metas a partir dos nove desafios do plano deve

1055 considerar os momentos político e social atuais, a fim de que se monitore demandas urgentes.
1056 Recine retomou a palavra para um fechamento. Argumentou que tanto a proposta de Priscila
1057 Bocchi como a proposta de Rogério Neuwald pareciam viáveis, logo aconselhou que as
1058 secretarias-executivas do Consea e da CNAPO se reunissem com a Caisan para uma análise
1059 conjunta do PLANSAN de modo que o resultado desse trabalho fosse analisado pelas
1060 comissões permanentes e pela plenária do Consea em sua próxima reunião (agosto). Rodrigo
1061 Neuwlad pediu a fala novamente para complementar os comentários de Anderson e explicitou
1062 que este monitoramento é de fato uma nova forma do PPA se relacionar com a sociedade
1063 civil; o que corrigiria falhas no processo de monitoramento que o Anderson mencionou já ter
1064 participado anteriormente. Este não seria um encontro anual, com a entrega de um resultado
1065 somente ao final do processo e que somente ocorreria novamente após um outro período de
1066 um ano; neste monitoramento, o contato com as áreas seria constante. Acrescentou ainda que,
1067 além de sua disponibilidade para esta agenda, seria interessante que a representante do MP no
1068 Consea e na Caisan, Rejane, pudesse auxiliar neste processo. Ademais, a Segov da
1069 Presidência também seria próxima do Consea e, por isso, serviria como outro interlocutor.
1070 Finalizou seus argumentos expondo que ao mesmo tempo que seria benéfico que cada um dos
1071 três conselhos mencionados monitorasse cinco metas diferentes (totalizando 15 metas
1072 monitoradas), também haveria vantagens se vários conselhos analisassem uma mesma meta,
1073 porque isto reforçaria a importância da meta. Seria uma questão de estratégia, em que caberia
1074 à autonomia de cada Conselho articular da forma que julgasse mais viável. Elisabetta Recine
1075 agradeceu e conclui este debate.

1076 **Continuação do debate da manhã sobre a formação das comissões permanentes:** Mariana
1077 Santerelli pediu a palavra e disse que Christiane Costa, Írio Conti, Marília Leão, Priscila
1078 Bocchi, Cleber, Cazuza e ela haviam chegado a uma proposta sobre a CP 1. Consideraram
1079 que os integrantes da CP 1 seriam poucos e que os desafios seriam muitos, de forma que
1080 aconselhavam voltar à proposta inicial para a CP 1 trabalhar conjuntamente com o SISAN
1081 (em cooperação com a CPCE) e a agenda internacional. Explicitou ainda que, sobre a
1082 coordenação da CP, sugeria-se que houvesse um revezamento entre Írio Conti e Christiane
1083 Costa. Eles dividiriam a coordenação e a representação da CP 1, enquanto que a entidade
1084 Articulação Sul-Sul se comprometeria com o debate relacionado à agenda internacional.
1085 Santarelli ressaltou ainda que, na medida do possível, ela colaboraria pessoalmente na área
1086 internacional. Elisabetta Recine agradeceu a fala e passou a palavra para Inês Rugani. Esta
1087 elogiou a sugestão de várias pessoas partilharem entre si as discussões dos temas da CP, o que
1088 poderia inclusive ser ampliado para membros de outras CPs, a depender do assunto tratado.
1089 Recine agradeceu a contribuição de Inês e finalizou o debate esclarecendo que – a partir
1090 daquele momento – já se teriam então todas as CPs do Conselho definidas com seus
1091 respectivos coordenadores, agendas e prioridades.

1092 **Sessão de informes sobre a Mesa Diretiva e sobre o Grupo de Trabalho para a Plenária**
1093 **de Setembro:** Elisabetta Recine informou que a Primeira Reunião da Mesa Diretiva do
1094 Consea ficou agendada para julho de 2017. Assim, a secretaria-executiva se encarregaria de
1095 fazer contato com todos os coordenadores de CPs para articular a vinda deles a esta reunião.
1096 Ressaltou ainda que seria interessante já constituir um grupo de trabalho para a plenária de

1097 setembro (tema: compras públicas e agricultura familiar) composto de três conselheiros da
1098 sociedade civil conjuntamente com Caisan e secretaria-executiva do Consea. Recine ressaltou
1099 que – dentre os conselheiros – geralmente se comprometem com o GT pessoas que têm
1100 experiência, militância, na área da plenária. O grupo se reuniria algumas vezes antes das
1101 plenárias e nem todas as reuniões seriam presenciais. Nestas se definiria o escopo da plenária,
1102 sua abordagem, prioridades que devem ser dadas dentro do tema e os resultados sobre o tema
1103 que se esperaria da plenária. De acordo com ela, a plenária, em princípio, não seria uma
1104 plenária só para discussão de um assunto, avançaria para além da discussão ao elaborar um
1105 pronunciamento para algum setor de governo, fazendo alguma demanda específica a ele.
1106 Essas demandas seriam estruturadas a partir das Exposições de Motivo do Consea, a qual é
1107 pensada a partir de um documento base que o GT produz como subsídio à discussão em
1108 plenária. O documento via de regra seria discutido no dia anterior à plenária na reunião das
1109 CPs, as quais além do tema em comum tratariam também de temas específicos de cada CP.
1110 Elisabetta Recine reformulou seu e encaminhamento e disse que seria encaminhado ao
1111 coordenador de cada CP pedido circular para indicação de integrantes a este GT.

1112 **Pedido de Apoio ao Povo Kariri Xocó:** Moacir pediu a fala para solicitar apoio ao povo
1113 Kariri Xocó, na cidade de Paulo Afonso, Bahia. Informou que havia um povo na periferia da
1114 cidade que se reagrupou há quase dois anos e ocupou área pública, próxima à barragem de
1115 Paulo Afonso. Este grupo teria sido expulso no mês de maio pela empresa que reivindicou a
1116 reintegração de posse. No entanto, esta seria uma área pública. Por isso, pediu apoio para
1117 entrar em contato com Ministério Público, Funai e Secretaria de Patrimônio da União a fim de
1118 acelerar o processo de devolução dessa terra ao povo Kariri Xocó. Assim, pediu que o Consea
1119 deliberasse apoio ao grupo por meio de uma carta, o Consea estadual já inclusive teria feito
1120 sua carta e enviado uma cópia para o nacional. Recine informou que o Consea Nacional já
1121 divulgou esta carta. Moacir pediu, então, que o Consea também a enviasse ao Ministério
1122 Público, ao IBAMA e à Secretaria de Patrimônio da União. Recine solicitou então que Moacir
1123 comentasse um pouco sobre a carta do Consea Bahia divulgada pelo Consea Nacional para
1124 que o pleno pudesse deliberar sobre seu encaminhamento aos setores de governo. Moacir
1125 explicou que a carta pedia para uma solução ao problema do povo Kariri Xocó, o qual no
1126 momento estaria na beira da estrada em situação de insegurança alimentar; para que se
1127 garantisse do DHAA seria necessário que o grupo tivesse acesso à terra e tranquilidade para
1128 desenvolver suas atividades. A terra a ser disponibilizada teria que ser de tamanho suficiente à
1129 cultura do povo indígena em questão. Recine então consultou sobre a concordância em enviar
1130 manifestação formal.

1131 **Informes iniciais sobre a 5ª Conferência Nacional de SAN + 2 anos:** Elisabetta Recine
1132 afirmou que tem sido tradição no Consea realizar reuniões de monitoramento das demandas
1133 originárias nas conferências nacionais em período intermediário entre uma e outra. O objetivo
1134 do evento seria fazer uma discussão ampliada da conjuntura e dos temas estratégicos a fim de
1135 gerar um balanço da evolução das demandas da 5ª Conferência. Comentou ainda que,
1136 diferentemente das conferências nacionais (em que sempre haveria escolha de delegados e
1137 votações deles) nas 5ª +2 não haveria delegados. Ocorreria, portanto, discussões nos
1138 Conseas estaduais e, dependendo da capacidade de cada estado, ampliariam esta discussão

1139 também para setores que não possuísem participação formal nos Conseas. Participariam da
1140 5ª +2 representantes dos Conseas estaduais e também alguns convidados. Neste contexto,
1141 informou que o Consea nacional não possuiria recursos para realizar a 5ª +2 em 2017.
1142 Todavia, a Caisan estaria disposta a ajudar na organização de modo que ambos colocariam
1143 recursos em seus orçamentos para o primeiro semestre do próximo ano, com previsão de
1144 ocorrer o evento entre março e abril de 2018. Comentou ainda que se estimou a participação
1145 de em torno de 200 pessoas, ressaltando que para este quantitativo já se estaria considerando a
1146 mobilização de recursos dos governos estaduais. Propôs então como encaminhamento que um
1147 dos temas da primeira reunião da mesa diretiva fosse este evento, de maneira que até lá a
1148 secretaria-executiva do Consea conseguiria trazer mais informações para que a mesa pudesse
1149 tomar decisões estratégicas. Por fim, abriu a fala para debate.

1150 **Debate sobre a 5ª Conferência Nacional de SAN + 2 anos:** Interlocutor não identificado do
1151 Maranhão informou que o processo já estaria um pouco adiantado em seu estado. Explicou
1152 que tinham a intenção de trabalhar com os mesmos 126 municípios que trabalharam por
1153 ocasião da 5ª CNSAN para, em seguida, realizarem encontros regionais; inclusive já estariam
1154 em diálogo com o governo estadual para disponibilizar orçamento suficiente a esta estratégia.
1155 Acrescentou que no âmbito estadual, já instituíram uma comissão para realizar a etapa
1156 estadual da 5ª +2. O estado do Maranhão estaria aguardando, portanto, urgência nas
1157 orientações nacionais para os estados, com divulgação de informes e definição de
1158 metodologias; já teriam, inclusive, pré-definido o número de participantes e estariam no
1159 aguardo também de uma definição de cronograma. Recine se sensibilizou com a exposição do
1160 interlocutor do Maranhão, julgou compreensível que os Conseas estaduais tivessem
1161 continuados seus trabalhos ao longo do ano de 2016, enquanto o Consea Nacional ainda
1162 estava se organizando. Nesse contexto, pediu paciência dos Conseas estaduais ao afirmar que
1163 seria muito arriscado tomar decisões sem ter algumas garantias mínimas; para que não se
1164 gerasse expectativas que no futuro não pudessem ser cumpridas. Mencionou ainda que – em
1165 termos de processo de discussão – muitas iniciativas de monitoramentos de políticas e
1166 programas já estariam em curso a nível local e que estas deveriam servir de insumo para
1167 organização do evento; citou como exemplo as oficinas regionais da Caisan, onde certamente
1168 se comentaria sobre alguns programas, suas respectivas execuções, seus desafios, o que
1169 estaria dando certo e o que necessitaria de aprimoramentos. Finalizou sua fala dizendo
1170 compreender a apreensão dos estados, mas reforçou que seria necessário tempo para articular
1171 melhor este tópico com a mesa diretiva para então trazer algumas definições ao pleno do
1172 Consea. Interlocutor não identificado do Maranhão apenas enfatizou que para se garantir
1173 orçamento do governo estadual para realizar as etapas subnacionais seria necessária uma
1174 ampla negociação e que se – caso não houvesse fechamento de um cronograma o quanto antes
1175 – a articulação com o governo se tornaria muito difícil. Inês Rugani solicitou a palavra para
1176 expor que seriam dois movimentos complementares. Por um lado, o Consea nacional
1177 inspiraria trabalhos locais. Por outro lado, os Conseas subnacionais teriam uma certa
1178 autonomia de não só se prepararem para o evento nacional como também provocarem
1179 algumas orientações gerais que poderiam ser utilizadas para a organização do nível nacional.
1180 Jean Pierre complementou a fala de Inês Rugani ao afirmar que o Consea e a Caisan nacionais

1181 ficaram de enviar aos estados um alerta sobre a questão do ciclo orçamentário deste ano. Ele
1182 explicou que seria importante garantir a realização da 5ª +2 também nos estados, dando esse
1183 alerta do encontro para que os estados já começassem a trabalhar suas próprias pautas em
1184 período anterior ao evento. Afirmou esperar que – a partir do trabalho da mesa diretiva – se
1185 pensasse em um primeiro informe sobre a 5ª +2 com definição geral de como ocorreria a
1186 conferência, sem precisar detalhar as estruturas (o que viria em informes posteriores).
1187 Christiane Costa acrescentou – em relação à fala de Recine sobre os encontros regionais da
1188 Caisan – que também possui a expectativa de que consigam mapear alguns gargalos
1189 impeditivos à fluência dos programas; seria uma troca de experiências entre os municípios de
1190 maneira que a forma de solucionar um problema de um município pudesse servir de exemplo
1191 a outro município. Anderson indagou se haveria somente o Maranhão com o processo
1192 adiantado ou se também outros estados e municípios já estariam com o processo de
1193 construção da 5ª +2 em andamento. Ressaltou que haveria dificuldades em conseguir recursos
1194 para o ano que vem a serem executados antes de março, poderia ocorrer de não haver tempo
1195 hábil para a realização de encontros subnacionais antes do evento nacional. Sugeriu repensar
1196 o cronograma para garantir a ocorrência de conferências municipais e estaduais antes da
1197 nacional. Elisabetta Recine afirmou que a ideia de um primeiro informe parecia-lhe viável e
1198 encerrou o ponto de pauta.

1199 **Sessão de informes e encaminhamentos finais:** Anderson informou que no dia 19 de agosto
1200 de 2017 seria o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua e pediu manifestação
1201 do Conselho. Afirmou que já eram 12 anos de luta pela população em situação de rua no
1202 Brasil e que possuíam dados do MDS e do IPEA informando a existência de mais de 200 mil
1203 pessoas em situação de rua no país, que só na cidade de São Paulo seriam 25 mil nesta
1204 condição. Em seguida, pediu auxílio do Consea em relação a um documento que havia trago
1205 sobre a questão de drogas. Afirmou que a polícia estaria agredindo usuários e moradores em
1206 situação de rua e solicitou apoio do Consea para posicionamento contra esta violência.
1207 Acrescentou que no dia anterior a esta plenária fora presa um trabalhadora da assistência
1208 social, uma educadora social, por ter sido conta a ação da polícia na Estação da Luz. Em seu
1209 último informe, trouxe a questão da tuberculose como um caso de insegurança alimentar a ser
1210 tratado pelo Consea. De acordo com ele, muitas pessoas desistiriam do tratamento por não
1211 possuírem comida, sendo que o maior público afetado pela doença seria a população em
1212 situação de rua. A tuberculose, portanto, não deveria ser tratado somente pela área de saúde, o
1213 Consea deveria se envolver nesta questão. Recine afirmou que – em relação ao Dia Nacional
1214 do Morador de Rua – uma manifestação formal do Consea seria uma alternativa. Outra
1215 alternativa não excludente seria solicitar à Assessoria de Comunicação do Consea elaborar
1216 manifestos do Conselho ao longo de agosto de 2017, com entrevistas capazes de expor o
1217 cenário dessa população. Anderson complementou a fala de Recine ao afirmar que já haveria
1218 entrevistas tanto do MDS quanto do Conselho e que uma carta do Consea parabenizando pela
1219 comemoração deste dia também seria adequada. Recine disse que seria sim possível fazer
1220 uma proposta de texto nesse sentido e em seguida passou a fala para Rogério Neuwald.
1221 Rogério informou que a CNAPO estaria organizando os seminários regionais de agroecologia
1222 e produção orgânica e que, inclusive, o primeiro já teria ocorrido, na região Sul. O próximo

1223 ocorreria em 29, 30 e 31 de agosto de 2017 na cidade de São Paulo. O objetivo dos seminários
1224 seria aproximar as políticas nacionais (PLANAPO) dos planos estaduais e fomentar a troca de
1225 experiências. Também seria uma oportunidade para se trabalhar agendas regionais até 2022
1226 tratando da aproximação do PPA com os ODS, a agroecologia e a produção orgânica. Seriam
1227 seminário técnicos, com vagas limitadas, em que todas as indicações partiriam das comissões
1228 estaduais. Sugeriu que os Conseas estaduais se aproximassem das agendas dessas comissões.
1229 Em seguida, expôs sobre um segundo informe referente ao dia 29 de junho em que se
1230 empossaria a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. Essa
1231 comissão teria representação da sociedade civil e do governo. A nível de Consea, a entidade
1232 integrante do Conselho “Visão Mundial” estaria também presente na comissão, além de
1233 representantes da Comissão Nacional de Povos Extrativistas. Julgou fundamental uma
1234 articulação do Consea com a CNAPO e a Caisan nesta comissão. Informou ainda que –
1235 abaixo da comissão – seriam formadas câmaras temáticas, que trabalhariam com segurança
1236 alimentar, agricultura familiar, agroecologia, povos e comunidades tradicionais. Írio também
1237 pediu para fazer um informe uma vez que teria passado a integrar uma parceria do MDS com
1238 a ASA para o acesso à água no semiárido brasileiro. Fez um breve relato sobre a primeira
1239 reunião desta parceria. Destacou que a política de acesso à água, desde a criação do Consea,
1240 foi um tema de destaque do Conselho e ressaltou também o comprometimento da ASA (sua
1241 lisura, transparência e prestação de contas) na execução de programas de acesso à água.
1242 Durante a reunião, também se teria avaliado a prorrogação de um termo de parceria de julho
1243 de 2017 para novembro de 2017 e outro de julho de 2017 para dezembro de 2017. A razão
1244 para essas prorrogações seria o atual contexto econômico do país, o qual teria gerado atrasos
1245 no repasse de recursos. O primeiro termo de prorrogação (Parceria n.º 01/2015) teria como
1246 meta a implantação de 31.800 cisternas de placa, 16 mil litros, a partir de R\$ 99.998 milhões.
1247 Foram 4 pessoas responsáveis pela prorrogação: Francisco Fujito, Antonio (sobrenome
1248 inaudível) como representante do gabinete do ministro, Írio Conti pelo Consea e João
1249 Alexandre Freitas Lessa. O segundo termo de prorrogação teria praticamente o mesmo teor
1250 que o primeiro, com mudanças apenas de valores: 307.176 milhões. O primeiro termo seria
1251 para o Programa 1ª Água e o 2º termo para o Programa 2ª Água. Elisabetta Recine agradeceu
1252 o informe de Írio Conti e também aos conselheiros e conselheiras do Consea e aos presidentes
1253 e presidentas dos Conseas estaduais. O secretário Caio Rocha encerrou a sessão plenária
1254 agradecendo a presença de todos.